

Documentos de Trabalho nº42, CEsa, Lisboa, 1996

***Os processos de desenvolvimento dos 'velhos'
Novos Países Industrializados da Ásia Oriental:
Lições das estratégia e políticas de desenvolvimento***

por

Antonio M. de Almeida Serra

Professor Auxiliar do ISEG; docente de "Macroeconomia" (licenciatura), "Políticas Económicas de Desenvolvimento" e "Economia da Ásia-Pacífico" (Mestrado); docente, em 1992, na Faculdade de Economia da Universidade Eduardo Mondlane, em Moçambique. Tese de Doutoramento sobre a política económica de Moçambique entre a independência e 1985. Publicou textos sobre a política económica deste país. Investigação e publicação de textos sobre a Ásia Oriental, o Sudeste Asiático, a Ásia do Sul e a África Austral. Dirige projectos de investigação naquelas primeiras áreas.

*Os trabalhos reproduzidos nesta série são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.
O CEsa não confirma nem infirma
quaisquer opiniões neles expressas.*

Índice

Introdução

1 - O "mosaico" da região

2 - Evolução recente dos NPI da "1ª onda"

3 - As linhas fundamentais das estratégias de desenvolvimento

3.1 - A envolvente externa

3.2 - A Coreia do Sul

3.3 - Taiwan

3.4 - Os traços gerais das estratégias de extroversão

4 - As lições da experiência: da Ásia Oriental para África?

5 - Sumário e Conclusões

Bibliografia

Introdução

O objectivo do presente texto ⁽¹⁾ é apresentar uma reflexão sobre as linhas gerais da evolução do grupo de países da Ásia Oriental comumente designados por Novos Países Industrializados (os NPI ou, na sigla inglesa, NIC ⁽²⁾) e reflectir sobre a eventual aplicabilidade a outros países, nomeadamente da África Sub-Saariana, das estratégias *outward-looking* que prosseguiram de uma forma mais nitida desde os anos 60.

Este grupo, que tradicionalmente inclui a Coreia do Sul, Taiwan e as cidades-estado de Hong Kong e Singapura, é também conhecido como constituindo uma '1ª onda' de NIC's a que se terá sucedido uma '2ª onda' --- incluindo os países da ASEAN, nomeadamente a Tailândia, a Indonésia e a Malásia --- e, mais recentemente, uma '3ª onda' que inclui países como o Vietname, o Laos e o Camboja. As Filipinas, em princípio incluídas na '2ª onda', encontram-se numa posição que se encontrará algures entre esta e a última onda.

Todas elas terão como 'epicentro' ⁽³⁾ o Japão e o seu processo de desenvolvimento após a Segunda Guerra Mundial através de mecanismos que não serão abordados no texto mas em que desempenharam um papel importante quer os fluxos de investimento japonês no exterior quer a sub-contratação praticada por empresas japonesas em relação às suas congéneres da região; num e noutro caso a transferência de tecnologia que lhes esteve associada terá sido determinante do processo de evolução naquela zona.

Como se pode verificar pela simples enumeração dos países em causa, estamos perante um conjunto de economias com características muito diferenciadas sendo desde logo a principal o facto de Hong Kong e Singapura serem duas cidade-estado e não dois países no sentido tradicional do termo ⁽⁴⁾. Fundamentalmente devido a esta característica, as nossas observações ao longo do presente texto devem ser entendidas como referindo-se fundamentalmente aos processos económico-sociais que conheceram a Coreia (do Sul) e Taiwan.

Na primeira secção fazemos uma apresentação do que se poderá designar como sendo o "mosaico" ⁽⁵⁾ geográfico, humano e cultural da região, enquanto que na segunda a nossa atenção se centrará na apresentação dos aspectos fundamentais do processo económico de dois dos "Quatro Dragões" (a Coreia e Taiwan) nos últimos 30-35 anos mas começando por uma síntese do que se passou no período mais recente e que justifica, em boa parte, o interesse que investigadores e práticos do desenvolvimento têm manifestado pela evolução dos países da Ásia Oriental e do Sudeste.

Descrita esta evolução, na terceira secção apresentamos as principais características das estratégias de desenvolvimento e das políticas económicas que são responsáveis pelo rápido crescimento económico e pela crescente participação daquelas economias no mercado mundial.

¹ - Este texto foi elaborado no quadro do projecto de investigação sobre "Globalização e Ásia Oriental" financiado pela JNICT (contrato de investigação PCSH/C/Eco/633/93). Uma versão preliminar foi distribuída como comunicação ao Seminário *As economias da Ásia Oriental na transição do século*, realizado em 3 e 4 de Março de 1994 no Convento da Arrábida (Setúbal). Esta versão, que não difere significativamente daquela comunicação, data de Abril de 1994, não tendo sido actualizadas desde então as estatísticas nela constantes por tal nos parecer irrelevante para determinar a evolução estrutural que aqui se quiz sublinhar

² - Muitas outras expressões são utilizadas geralmente para designar este grupo de países: "quatro tigres", "bando dos quatro" (numa utilização, noutro contexto, da expressão usualmente utilizada para designar o grupo de políticos chineses que, liderados pela sua viúva, se reivindicavam da herança de Mao Tse Tung), "grupo dos quatro", "quatro dragões". São expressões que nós próprios utilizaremos para designar sempre a mesma realidade

³ - Uma outra designação para este modelo do tipo "terramoto" é a de *flying-geese pattern of development* --- vd PARK, Yung Chul "The little dragons and structural change in Pacific Asia" in *The World Economy*, vol. 12, nº 2, Jun/1989, pg 133, principalmente a nota 7. Aí se identifica o economista japonês Kaname Akamatu como tendo sido o primeiro a identificar, em 1939, este padrão de desenvolvimento do tipo "gansos voadores", numa referência à formação em V que estes costumam adoptar quando se deslocam em grupo, com o seu líder --- que neste caso seria o Japão --- tomando a dianteira do grupo.

⁴ - Questão que se levanta igualmente é o facto de se utilizar o termo *países* na expressão "Novos Países Industrializados". De facto, se esta continua a ser uma designação corrente daquele "Grupo/Bando dos Quatro" (ou "Quadro Dragões"), a verdade é que depois da adesão da China ao sistema das Nações Unidas e consequente saída de Taiwan, este grupo passou a ser conhecido nas publicações da ONU --- nomeadamente nas do Banco Mundial --- por "Novas Economias Industrializadas" para fazer realçar o facto de Hong Kong e Taiwan(, China), não serem países independentes. Pela nossa parte utilizaremos indiferentemente uma designação ou outra.

⁵ - Expressão inspirada pelo título do capítulo 3 (The Western Pacific mosaic) de BURNETT, Alan *The Western Pacific: challenge of sustainable growth*, Earthscan, Londres, 1992 e que é uma das fontes desta secção

Com base na análise levada a cabo na secção anterior, procuraremos retirar algumas lições que, tendo em consideração as diferenças entre as estruturas (ecológicas, económicas, sociais e culturais) da Ásia Oriental e da África Sub-Saariana, possam ser úteis ao esforço de desenvolvimento que esta, passados os momentos mais graves da crise económica que a afecta desde o início dos anos oitenta, terá de levar a cabo para vêr melhorar significativa e sustentadamente a situação das suas populações. Neste quadro, será dada especial relevância ao caso de Moçambique.

Concluiremos com um breve sumário e com a enumeração de uma síntese das nossas conclusões.

No final existe uma bibliografia e um anexo estatístico.

1 - O "mosaico" da região

A expressão "quatro dragões (ou tigres?) da Ásia" e tudo quanto ela encerra de 'história de sucesso' no processo de crescimento económico dá, à primeira vista e devido à sua característica colectiva, a ideia de um grupo de países cujas economias têm características e percursos relativamente semelhantes como também a de um conjunto relativamente homogéneo noutros domínios. Nada mais falso em qualquer dos sentidos que se tomem.

No entanto, desde as características geográficas (área, relevo, população) às de natureza mais cultural (a cultura propriamente dita, a religião) e às relativas às estratégias e às políticas de desenvolvimento prosseguidas, muitas são as diferenças (mas também são muitas as semelhanças) entre as economias em causa.

Área e população

Países/Economias	Área (mil km ²)	População (milhões)
Coreia	99	42,8
Taiwan	36	20,5
Hong Kong	1	5,8
Singapura	1	3,0

A primeira constatação é a de que do "grupo dos quatro" fazem parte duas área geográficas com superfícies mais ou menos significativas e duas outras de muito reduzida dimensão: as cidades-estado de Hong Kong e Singapura, qualquer delas com uma população que corresponde ao que hoje em dia se pode designar por uma grande cidade.

Esta primeira diferença é, só por si, fundamental porque, por exemplo, um sector tão importante como a agricultura é, em qualquer dos casos, praticamente inexistente. Por isso, contrariamente ao que se passa nas outras duas, as economias em causa terão, *inevitavelmente*, de ser predominantemente industriais e/ou de serviços. Este aspecto é importante não só sob o ponto de vista económico como também, como veremos, do ponto de vista social ⁽¹⁾.

Esta é aliás, a principal razão por que neste nosso texto centraremos a nossa atenção nas duas economias com um território (e uma população) mais vasto, já que as eventuais lições para outros espaços geográficos, nomeadamente para África, só fazem sentido serem tiradas a partir destes casos e não dos das cidades-estados, inexistentes noutras paragens.

Se quanto à população as diferenças são significativas, quanto à taxa anual de variação desta já não é assim. De facto, esta varia entre 0,7% e 0,9% nos vários países da região ⁽²⁾.

¹ - Referimo-nos aqui fundamentalmente ao facto, salientado mais adiante a propósito quer da Coreia quer de Taiwan, da inexistência de um sector agrícola importante --- nomeadamente se ele tiver uma estrutura de propriedade do tipo latifúndio --- significar também a inexistência de um grupo social potencialmente contrário ao desenvolvimento industrial.

² - Na verdade, ela é de 0,7% para Hong Kong, 0,8% para a Coreia e 0,9% para Singapura. A inexistência de dados sobre Taiwan nas estatísticas da ONU impede-nos de indicar o valor para este país

Também sob o ponto de vista do rendimento *per capita* as diferenças são importantes, embora todos os países se situem no grupo dos países com rendimento classificado pelo Banco Mundial como *upper middle-income* (Coreia) ou *high-income* (Singapura, Taiwan e Hong Kong) ⁽³⁾, sendo que o rendimento p.c. da economia com mais alto rendimento segundo o critério da paridade dos poderes de compra, Singapura (com Hong Kong muito perto), é mais do dobro da que tem um rendimento mais baixo, a Coreia:

Rendimento *per capita* e IDH

Países/ /economias	Rendimento <i>per capita</i> (US\$ correntes) (1991)	Rendimento <i>per capita</i> (Paridade do poder de compra) (PPC) (1990)	Índice de Desen- volvimento Humano (1990) (PNUD)
Coreia	6340	6733	0.872 (33)
Taiwan	9070		
Hong Kong	13200	15595	0.913 (24)
Singapura	12890	15880	0.849 (43)
Por memória: Portugal	4900 ⁽¹⁾	8770	0.853 (41)

Fontes: ADB *Asian Development Outlook 1993*, UNDP *Human Development Report 1993*.

Os valores entre parenteses na última coluna correspondem ao lugar ocupado pelo país na escala (0 a 1) de IDH.

Nota: (1) O valor para Portugal é de 1990; Fonte: WORLD BANK *World Development Report 1992*

Como se pode verificar, são as duas cidades-estado as que têm um maior nível de rendimento *per capita*, facto a que não é estranho, certamente, o aspecto salientado atrás da (quase) inexistência do sector agrícola e consequente predominância (vd adiante) dos sectores industrial e terciário.

Das quatro economias, só a Coreia não está incluída no grupo dos países de alto rendimento.

O valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) ⁽⁴⁾ na última coluna deve comparar-se com o do Japão, o país que nos cálculos do PNUD tem um maior índice: 0.983 num intervalo teórico entre 0 e 1. A ele se seguem o Canadá, a Noruega, a Suíça e a Suécia. O país com menor IDH era em 1990 a Guiné (Conakry), com 0.045. Hong Kong é a economia asiática em melhor posição.

Sob o ponto de vista orográfico e de riquezas naturais, a Coreia é relativamente montanhosa (70% do território) e os recursos ⁽⁵⁾ são relativamente escassos. O panorama de Taiwan não é, neste último domínio, significativamente diferente.

³ - Estes grupos são definidos pelo Banco Mundial como sendo os que em 1991 tinham um rendimento entre US\$ 2555 e US\$ 7911, no caso do primeiro dos grupos indicados, e acima deste último valor para o segundo grupo --- os de alto rendimento.

⁴ - A partir de 1990 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passou, à semelhança do que acontecia com outras agências especializadas do sistema das Nações Unidas, a editar um relatório anual com o título *Human Development Report*. A característica inovadora desta publicação é a de calcular para cada país um indicador alternativo ao PIB *per capita* de medida do bem estar das populações. Esse indicador é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para cujo cálculo são tomadas informações sobre o rendimento *per capita* (depois de ajustado pelo cálculo das paridades do poder de compra), a escolaridade e o estado de saúde da população do país. Para melhores esclarecimentos sobre a metodologia de cálculo vejam-se as Notas Técnicas do referido Relatório.

⁵ - Não consideramos aqui a população como um 'recurso natural'.

Mas onde os autores costumam centrar as suas atenções é principalmente nas características culturais e religiosas das populações, as quais contribuem mais para a semelhança do que para a diferença entre as economias em causa. VOGEL ⁽⁶⁾, por exemplo, ao mesmo tempo que reconhece que a tradição confucionista não é suficiente para explicar o porquê da 'revolução económica' nos países da Ásia Oriental --- afinal, diz ele, a Malásia e a Tailândia, p.ex., são economias dinâmicas na região e não têm aquela religião ⁽⁷⁾ ---, admite que a tradição cultural, associada a outros factores culturais, uns, "situacionais", outros, tem, de facto, importância:

"Devemo-nos perguntar o que é que deu à presente geração a capacidade para alcançar os complexos níveis de organização que são necessários [ao processo de rápido crescimento - AS]; e este resultado não pode ser separado das práticas institucionais e das atitudes subjacentes, aquilo a que Robert Bellah e outros chamam 'os hábitos do coração' que eles absorveram ao crescerem no seio da sua cultura" ⁽⁸⁾

VOGEL selecciona "quatro *clusters* de instituições e atitudes tradicionais, comuns a todas as sociedades [dos 'quatro dragões'], que, com algumas adaptações, contribuem para a capacidade do Japão e dos 'quatro dragõezinhos' se industrializarem": a presença de uma elite meritocrática, o sistema de entrada através de exames, a impotência do grupo e o que ele designa por "*self-cultivation*". Esta última é para o autor a característica cultural do Extremo Oriente que mais deverá ao confucionismo e que mais se aproxima do que foi identificada no Ocidente como a ética protestante que leva ao reforço da vontade pessoal para vencer.

Destes factores salientamos não só este último como também o primeiro: a existência de uma elite meritocrática.

Esta parece-nos ser, de facto, um 'vantagem comparativa' enorme das economias da região pois ajuda não só a definir um rumo para a evolução do país como também a cumpri-lo com consistência, ajudando a dá-la à política económica prosseguida. Foi o que sucedeu nas economias da Ásia Oriental.

Note-se, porém, que estamos conscientes de que o exercício do poder por esta meritocracia tem, naturalmente, riscos importantes, o menor dos quais não é a existência de riscos de ele, se exercido sem controlo pelos cidadãos, deixar caminho livre à autocracia. Esta é uma das razões porque um processo de desenvolvimento é também um processo de 'engenharia institucional' além de o ser também de 'engenharia social'.

2 - Evolução recente dos NPI da '1ª onda'

No anexo estatístico é possível encontrar um vasto conjunto de quadros e gráficos que retratam a evolução recente dos países em análise ⁽⁹⁾. Por aí se pode verificar que eles tiveram uma taxa de crescimento do produto de cerca de 9% durante a década de 70 e de 8,8% nos anos 80; em 1991 e 1992 elas terão sido de 7,3% e 5,3%, respectivamente, esperando-se que em 1993 se tenha verificado uma recuperação para os 6,2%. Estes valores contrastam, pela sua elevada dimensão, com as taxas de crescimento da economia mundial e de vários dos seus grupos de países:

Taxa de crescimento do PIB

⁶ - vd VOGEL, Ezra *The four little dragons: the spread of industrialization in East Asia*, Harvard UP, Cambridge/USA, 1991

⁷ - vd idem, pg 83

⁸ - vd idem, pg 92

⁹ - A fonte destes quadros e respectivos gráficos é Asian Development Bank *Asian Development Outlook 1993*, Oxford University Press, 1993

Grupos de países	1981 a 1988	1991	1992	1993 (est.)
Mundo	2,9	0,2	0,6	1,5
Países desenvolvidos de economia de mercado	2,8	0,7	1,5	1,5
América Latina	1,4	2,0	2,2	3,0
África (Norte e Sul-Saara)	1,8	2,0	1,4	3,0

Fonte: Nations Unies *Étude sur l'économie mondiale*, Nations Unies, New York, 1993, pg 22

As elevadas taxas de crescimento da produção são, pois, uma das características essenciais dos 'velhos' NIC que lhes têm proporcionado elevadas taxas de crescimento do rendimento *per capita* --- 11,2% (!) em 1987, 5,1% em 1989, 6,2% em 1991 e 2,5% em 1992 --- num quadro de evolução da economia mundial em que não são poucos os espaços em que, principalmente durante os anos 80, se verificou uma queda deste rendimento. É o caso, por exemplo, da América Latina (-0,1% no período 1983-92) e da África (-0,9% no mesmo período).

Se, como é usual nos meios da profissão de economista (e não só...), o sucesso de uma estratégia de desenvolvimento se medir pelas taxas de variação do PIB total e do PIB *per capita*, então é evidente que estamos perante verdadeiros 'casos de sucesso' cujas eventuais lições há que estudar e, se possível (será?), copiar ou adaptar. É esta tendência para copiar os 'casos de sucesso' que são os "quatro dragões" a responsável pela enorme curiosidade que as suas experiências têm merecido desde há vários anos --- e de que este trabalho e o Seminário em que ele é apresentado também são exemplos.

Esta evolução do produto global esconde variações diversas dos vários sectores produtivos nos "quatro tigres" da Ásia. Nestes países os sectores mais dinâmicos têm sido a indústria manufactureira e os serviços. A Coreia do Sul, por exemplo, viu o seu VAB industrial crescer à taxa de 15% na década de 70 e de 12,6% durante os anos 80. Os valores para Taiwan são, respectivamente, 11,6% e 8,2%. Nos últimos anos, traduzindo não só a crise económica a que estes países não conseguiram escapar por completo e a crescente terciarização das respectivas economias --- fenómeno mais nítido em Hong Kong devido à desindustrialização a favor da transferência das estruturas de produção fabril do território para o continente contíguo, onde a mão-de-obra e os terrenos são muito mais baratos ---, a taxa de crescimento do VAB industrial da Coreia e de Taiwan foram as seguintes:

Taxa de crescimento do VAB industrial

Países	1990	1991	1992	1993 (est.)
Coreia do Sul	11,8	8,9	3,6	6,4
Taiwan	1,3	6,6	4,5	5,7

Fonte: *Asian Development Outlook 1993*

Esta evolução reflectiu-se na composição do produto o qual se apresentava como segue nos quatro países analisados (1992):

Composição do produto por sectores produtivos (%)

Países	Agricultura	Indústria	Serviços
Hong Kong	0,2	23,5	76,2
Coreia do Sul	7,0	46,2	46,8
Singapura	0,3	37,5	62,2
Taiwan	3,7	42,6	53,7

Fonte: *Asian Development Outlook 1993*

Dadas as conhecidas características de grande extroversão das economias em causa, é evidente que o ambiente económico internacional em que a sua evolução tem decorrido desempenha um papel fundamental --- ainda que não necessariamente o mais importante --- para a justificação da evolução daquelas economias (¹⁰). Esta caracteriza-se, nos últimos anos, por um crescimento do comércio mundial a taxas que, tendo diminuído dos 8,1% para os 3,4% entre 1988 e 1991, parece ter entrado numa lenta recuperação --- a que não é estranha a evolução das trocas entre os países da Ásia Oriental --- a partir de 1992, quando a sua taxa de variação terá sido de cerca de 4,5%.

Esta evolução reflectiu-se no comércio externo das economias da região, nomeadamente nas suas exportações. Assim, estas, que tinham crescido em 1987 e 1988 às taxas de 34,7% (!) e de 26% para o conjunto dos países, viram a sua taxa de crescimento baixar até aos 7,8% em 1990 para, a partir de então, recuperarem gradualmente, tendo-se situado em 1991 em 14,4% e em 1992 em 11,8%.

No contexto destes países, realce para o caso de Hong Kong, cujas taxas de crescimento das exportações, que foram de 36,8% em 1988 e de 30,3% em 1990, nunca vieram abaixo dos dois dígitos (12,3% em 1990), tendo alcançado 21,2% em 1992. A Coreia e Taiwan foram as economias que mais sentiram a recessão de 1990, com uma taxa de crescimento das suas exportações nesse ano de apenas 2,8% e 1,4%, respectivamente.

¹⁰ - De facto, se assim fosse, como justificar que, pelo menos aparentemente, tenham sido quase só elas a aproveitarem da evolução rápida do comércio mundial.

Esta evolução não reflecte, como se sabe, toda a verdade das relações externas dos quatro 'velhos' NPI. Uma síntese destas é a que resulta da análise da Balança de Transacções Correntes (BTC) e do seu saldo, nomeadamente quanto à percentagem deste em relação ao PIB.

Como se pode verificar nos quadros 11 e 12 do anexo, o conjunto formado pelos quatro menos Hong Kong teve em 1987 um saldo global da BTC de cerca de 27,7 biliões de US\$, saldo esse que se foi reduzindo até aos cerca de 5,8 biliões de 1992. Principal superavitário deste grupo tem sido, desde há vários anos, Taiwan, com um saldo positivo de 18 biliões em 1987 e de 7 biliões em 1992. A Coreia é a única economia da região que surge com saldos negativos: 2,1 biliões em 1990 (ano em que as suas importações aumentaram quase 15% em contraste com os 2,8% das exportações) e 4,3 biliões em 1992.

Quanto ao seu peso no PIB, refira-se que o saldo (positivo) de Taiwan representava 17,8% deste agregado, tendo baixado até aos 3,4% em 1992 e, previsivelmente, aos 2,6% em 1993. O saldo negativo da Coreia nunca representou para ela mais do que 3,1% do seu produto (1991), tendo-se fixado em 1,4% em 1992. No caso de Singapura, refira-se a percentagem de 1991 (10,5%, o valor mais alto dos últimos anos) e a de 1992 (6,5%).

Temos, pois, que estas economias --- ou, pelo menos, Taiwan e Singapura --- são polos muito fortes de acumulação de recursos que são por elas utilizados para aumentarem os seus investimentos no estrangeiro e assim ajudarem, juntamente com o Japão, a tecer os elos da crescente articulação entre as economias da Ásia Oriental.

Esta 'integração pelo mercado' é um dos fenómenos mais interessantes da economia da região e tem suscitado muitas questões sobre a viabilidade e/ou o interesse em se passar a uma fase mais institucionalizada e (pretensamente) mais profunda da articulação/integração entre as economias da vasta região que vai desde a península da Coreia até à Insulândia e a Tailândia ⁽¹¹⁾, incluindo, mesmo que apenas a médio-longo prazo, a China.

De referir ainda, quanto à situação recente das economias dos "quatro tigres", a evolução da inflação. Esta, medida pela variação do índice de preços no consumidor, tem sido de cerca de 6-7%, com tendência para baixar graças à política económica prosseguida ⁽¹²⁾ e aos efeitos da sua redução a nível mundial.

Características dos esquemas de crédito à exportação na Ásia Oriental

Hong Kong Oferece um seguro de crédito à exportação através de um pequeno subsídio concedido pela Hong Kong Export Credit Insurance Corporation (HKECI).

Coreia Oferece um redesconto em termos concessionais para o crédito pré-embarque baseado em cartas de crédito (LCs). O diferencial entre as taxas de juro deste crédito à exportação e as taxas de juro dos empréstimos normais situou-se entre os 3 e os 20 pontos percentuais até 1982, quando esta diferença foi eliminada. Em 1984 o diferencial foi reposto a um nível de 1,5%.

O Korean Export-Import bank concede financiamento pós-embarque a longo prazo.

Singapura Em 1975 o governo estabeleceu uma facilidade de redesconto para exportações e re-exportações.

A Export Credit Insurance Corporation concede seguros às exportações do país.

Taiwan São concedidos às firmas empréstimos pré-embarque baseados em cartas de crédito. Depois dos produtos terem sido embarcados, as empresas ficam elegíveis para obterem empréstimos baseados em cartas de crédito (...). Além disso, o Banco Central concede uma taxa de desconto especial (normalmente 1% abaixo da taxa normal) aos bancos comerciais para financiamento de exportações. Os empréstimos para exportação eram, entre 1970 e 1980, normalmente 3 a 5 pontos percentuais abaixo da taxa mínima mas este diferencial caiu para cerca de 1-2 pontos depois de 1980.

Fonte: World Bank *The East Asian miracle: economic growth and public policy*, World Bank Research Report, World Bank, Washington, 1993, pg 282

¹¹ - vd, por exemplo, PARK, Yung Chul *op.cit.*

¹² - Vd ADB *Asian development Outlook 1993*, pg 12

grupos de países	1990	1991	1992	1993 (est)
NPI	7.0	7.6	5.9	5.4
por memória: Sudeste Asiático	7.3	8.8	5.3	5.6
grupo dos 7 países mais industrializados	4.9	4.2	3.0	3.0

Fontes: ADB *Asian Development Outlook 1993* e Nations Unies *Étude sur l'économie mondiale 1993*

Esta síntese da evolução nos anos mais recentes fez sobressair os elevados ritmos de crescimento do produto total e do produto *per capita* bem como a enorme importância do sector manufactureiro e, cada vez mais, do sector dos serviços. Tudo isto num quadro de uma muito grande extroversão das várias economias traduzida, por exemplo, pelo enorme peso das exportações e seu elevado ritmo de crescimento comparativamente com o do comércio mundial e que é responsável por um aumento significativo da vasta zona da Ásia Oriental no total do comércio mundial.

Ora, o que há que explicar é a relação entre aquela extroversão pela via das exportações e o crescimento económico a que se assistiu: existe relação de causalidade? E se existe, em que sentido é que ela funciona? É o crescimento das exportações que tem contribuído para o elevado ritmo de crescimento económico ou, pelo contrário, é o crescimento ditado por outras causas que tem permitido assegurar um rápido crescimento das exportações. A resposta a esta questão parece-nos, *a priori*, evidente (no primeiro dos sentidos apontados) mas só uma análise mais cuidada do que tem sido a estratégia de desenvolvimento prosseguida e da política económica que lhe tem dado corpo é que permite dar uma resposta mais consistente. É o que faremos no ponto seguinte.

3 - As linhas fundamentais das estratégias de desenvolvimento

As economias estudadas --- lembremos aqui que, pelas razões aduzidas acima, a nossa atenção se centra principalmente nos *case studies* Coreia e Taiwan --- constituíram-se durante os anos cinquenta. De facto, Taiwan é um produto da guerra civil que terminou com a criação da República Popular da China no continente e a Coreia surgiu após a guerra que dilacerou a península e a dividiu em dois países.

Constatar esta realidade não significa, porém, afirmar que aquelas regiões não têm uma história antecedendo os tempos mais modernos. Pelo contrário, no ponto inicial tivemos oportunidade de realçar que se trata de regiões com uma história milenar e cujos contornos não deixaram de influenciar o processo de desenvolvimento a que se assistiu desde meados dos anos 50.

3.1 - A envolvente externa

Na evolução das economias nacionais é essencial o comportamento do quadro internacional em que elas se integram.

Este, num quadro de crescente internacionalização da economia mundial, é hoje cada vez mais importante mas já o era também em meados da década de cinquenta, quando as economias estudadas começaram a dar passos mais firmes na senda do crescimento económico rápido.

Não é possível (nem é esse o nosso objectivo) fazer aqui uma descrição pormenorizada do quadro económico (e não só) envolvente da evolução das referidas economias, limitando-nos a sublinhar apenas alguns dos aspectos que nos parecem mais relevantes .

Um primeiro fenómeno é o cenário geo-político de meados da década de cinquenta e que se prolongou durante os anos seguintes: tendo o confronto Leste-Oeste da época atingido os limites da 'guerra quente' na região, os Estados Unidos, representantes do 'Oeste' naquelas paragens, assumiram o papel de garante da continuação deste através, nomeadamente, da concessão de forte ajuda económica a vários países da região, com especial destaque para a Coreia do Sul, Taiwan e o próprio Japão.

Esta ajuda, que foi prioritária para os Estados Unidos até meados dos anos 60, desempenhou um papel fundamental na fase de *take-off* no pós-guerra civil dos países que dela beneficiaram. De facto, entre 1953 e 1962 ela financiou 70% das importações e 80% da formação bruta de capital fixo da Coreia; no mesmo período, em Taiwan, a ajuda americana financiou 85% do déficite da conta corrente e 38% da formação interna bruta de capital ⁽¹³⁾.

Uma outra vertente desta ajuda foi a crescente liberalização da entrada das produções destes países no mercado norte-americano.

Mas não foi só economicamente que esta ajuda se veio a mostrar importante. De facto, com ela e com os conselheiros e/ou forças de ocupação americanas veio também uma outra forma de pensar a coisa económica, instalando-se rapidamente uma lógica quer de consumo quer de produção nova na região e que veio a desempenhar um papel fundamental na dinamização das economias e na capacitação para o seu controlo.

Outro fenómeno que é necessário realçar é a dinâmica que as economias europeias e norte-americanas conheceram durante os "anos de ouro" das décadas de 50 e de 60, com conseqüente aumento do comércio internacional. Este aumento esteve associado não só àquela dinâmica como também a um movimento de crescente liberalização das trocas comerciais.

Este foi, no essencial, o pano de fundo da progressiva extroversão das economias da Ásia Oriental a partir de meados dos anos sessenta ⁽¹⁴⁾.

3.2 - A Coreia ⁽¹⁵⁾

Nos anos cinquenta e sessenta, época de grandes modificações internas em qualquer das economias, as concepções teóricas prevaletentes quanto ao processo de desenvolvimento dos países era a de um industrialismo sob a forma de uma estratégia de substituição de importações.

Não admira, pois, que face às circunstâncias internas --- tornava-se necessário construir ⁽¹⁶⁾ a economia nacional de forma a que ela pudesse não só satisfazer a procura interna como também assegurar um suporte

¹³ - vd HENDERSON, Jeffrey e APPELBAUM, Richard "Introduction" in APPELBAUM, R. e HENDERSON, J. (eds) *States and development in the Asian pacific Rim*, Sage Publications, Newbury Park/CA/USA, 1992, pg 11

¹⁴ - Naturalmente, estamos conscientes de que este quadro não é estático mas sim dinâmico e que se em determinada época ele pode ser especialmente favorável à evolução positiva das economias, noutras também é responsável pela degradação do ambiente económico interno. Aqui salientam-se fundamentalmente os aspectos deste quadro económico internacional durante os anos 50 e 60. A partir de então, este quadro tem sofrido alterações significativas. Como salientaremos adiante, entretanto ele tornou-se genericamente menos propício que o do período anterior à extroversão das economias --- o que, reconhecemos, não impediu que algumas (nomeadamente no Sudeste Asiático) tivessem conseguido singrar neste rumo

¹⁵ - Fonte bibliográfica importante e única em português é o texto OLIVEIRA, Luís Soares de *Desenvolvimento económico conseguido: o modelo sul-coreano*, Verbo, Lisboa, 1992

substantivo na luta ideológica, política e, *last but not least*, militar contra o 'inimigo' ⁽¹⁷⁾ comunista --- e à omnipresença destas concepções teóricas, as primeiras estratégias adoptadas tenham tido um forte carácter de substituição de importações ⁽¹⁸⁾.

Instrumentos privilegiados desta estratégia foram a política cambial e, principalmente, uma política aduaneira que limitava as importações:

"o controlo das importações através de programas semestrais de importações levado a cabo durante este período de reconstrução do pós-guerra era realizado não só para melhorar a balança de pagamentos do país mas também para favorecer as indústrias de substituição de importações. A política industrial durante este período era genericamente *inward-looking* embora o governo desse prioridade à reconstrução das infraestruturas e das fábricas destruídas durante a guerra. Como a taxa de câmbio estava quase sempre sobreavaliada devido à rápida taxa de inflação interna, as tarifas não eram realmente eficazes no desencorajar das importações embora fossem relativamente altas. Por isso, o governo assentava a sua política principalmente no sistema de programas semestrais de importação para controlar quantitativamente as importações." ⁽¹⁹⁾

Os resultados da aplicação desta estratégia não foram muito significativos: nos primeiros dez anos posteriores à guerra, a taxa de crescimento do produto não ultrapassou a média anual de 3,8%, não muito diferente das taxas alcançadas noutras paragens, nomeadamente nas economias ocidentais. A taxa de crescimento do rendimento *per capita* rondou 1%.

A política de deliberada substituição de importações começou a reduzir-se durante a primeira metade dos anos sessenta. É dessa altura uma política de "erro e tentativa" que levou, já na segunda metade da década, a um aumento significativo da política de liberalização das importações que surgiu inserida numa estratégia assumidamente de extroversão da economia coreana:

"A liberalização de importações fez progressos consistentes desde a primeira metade de 1965 até à primeira metade de 1967, como se demonstra pelo constante aumento do número de *items* com aprovação automática [de importação] de 1447 para 2950. Um importante acentuar da liberalização de importações teve lugar na segunda metade de 1967 [ocasião em que] o governo reformulou o programa semestral de importações dando-lhe a forma de um 'sistema de lista negativa' (...) que implicava que os produtos não listados estavam automaticamente autorizados a serem importados." ⁽²⁰⁾

Com esta medida, a taxa de liberalização das importações passou de 11,6% no primeiro semestre de 1967 para 58,8% no segundo semestre.

Em 1978-79 deu-se início a uma segunda fase de liberalização da economia, tendo então aquela taxa passado de 50% em 1976 e 1977 para 61,3% na primeira metade de 1978 e para 85,4% no primeiro semestre de 1985 ⁽²¹⁾.

Este mesmo processo ⁽²²⁾ é também evidente relativamente às importações por sector industrial:

¹⁶ - Quase de raiz, não só devido à guerra mas também porque a parte mais significativa da incipiente indústria coreana de antes da guerra tinha ficado a norte do paralelo 38 que divide as duas Coreias.

¹⁷ - Apesar da utilização das plicas aqui, não se esquece a permanente tensão ao longo do paralelo 38 e a tentativa da invasão de Taiwan pela China continental em 1958

¹⁸ - Para uma apresentação gráfica das várias fases do desenvolvimento económico da Coreia e de Taiwan (com comparação com o processo económico latino-americano), vd. RANIS, Gustav "Employment, income distribution, and growth in the East Asian context: a comparative analysis" in CORBO, Vittorio et al. (eds) *Export oriented strategies*, Westview press, Boulder/CO/USA, 1984, pp 249-274 e RANIS, Gustav *Asian and Latin American experience: lessons for Africa*, Centro Studi Luca d'Agliano - Queen Elizabeth House Development Studies Working Papers n° 19, Oxford, 1990

¹⁹ - Vd KIM, Kwang Suk (1991), pg 36

²⁰ - Vd. KIM, Kwang Suk *op.cit.*, pg 36

²¹ - Idem, Quadro 3.3, pg 37

²² - Que se justifica em parte pela necessidade de assegurar a importação quer de equipamentos quer de matérias primas e outros *inputs* dada a escassez de recursos nacionais que pudessem servir de base a uma industrialização 'autónoma'

Coreia: grau de liberalização das importações por sector industrial

	1966	1970	1975	1980	1985
<i>Média de todas as indústrias</i>	39.6	50.8	52.3	65.6	78.5

Nota: Este quadro dá o grau de liberalização por sector industrial; estes são obtidos através de uma média dos dados para cada sector ponderada pelo valor da produção interna a preços correntes em cada ano.

Fonte: World Bank East Asian miracle (...), op.cit., pg 297

A liberalização das importações foi apenas uma das componentes da política económica adoptada para extroverter a economia coreana.

Outras medidas foram adoptadas conjuntamente no domínio das políticas cambial, de taxa de juro, monetária e outras ⁽²³⁾.

anos	tx câmbio won/US\$
1959	50.00
1960	65.00
1961	130.00
1962	130.00
1963	130.00
1964	255.77
1969	304.45
1970	316.65
1971	405.30
1972	433.09
1973	479.52
1974	592.59
1979	637.59
1980	841.64
1981	815.35
1982	826.01
1983	832.85
1984	811.03
1985	977.81

Fonte: World Bank *World Tables*, dados em diskette

A política de taxa câmbio consistiu fundamentalmente numa desvalorização da moeda nacional, o won, antes ainda de 1964 e na continuação desse processo de uma forma mais declarada a partir de 1967.

De facto, depois de uma forte desvalorização da taxa de câmbio nominal em relação ao dólar em 1961 (100%), seguiram-se-lhe outras desvalorizações em 1964 e, mais tarde, em 1978-80, coincidindo com os dois "episódios de liberalização" de que nos fala KIM (1991).

As desvalorizações do início dos anos 60, ao contribuírem para a competitividade das exportações coreanas, permitiram ao governo começar a abolir (em 1965) os subsídios directos pagos aos exportadores. No entanto, outras medidas de apoio à exportação foram mantidas e até, desenvolvidas; de realçar que elas não foram introduzidas como parte do programa de liberalização, antes tendo sido postas em prática antes mesmo deste ter sido implementado ⁽²⁴⁾.

²³ - Para uma análise mais cuidada destas políticas, leia-se, com proveito, o texto de KIM já citado. O que se segue baseia-se principalmente nesta fonte.

²⁴ - Vd. KIM, Kwan Suk *op. cit.*, pg 58-59

Em 1975 aboliu-se o sistema de isenção de direitos na importação de matérias primas para a produção de bens para exportação e introduziu-se o sistema de *drawback*. Este sistema obrigou os importadores a pagarem os referidos direitos que, no entanto, eram depois devolvidos quando da exportação dos produtos que as incorporavam.

"Assim, quando no início de 1978 foi introduzido o segundo pacote de liberalização do comércio, os subsídios implícitos no sistema de incentivos à exportação foram significativamente reduzidos quando comparados com os meados dos anos 60 [época do primeiro pacote de medidas de extroversão da economia - AS]. Não tendo sido entretando tomadas novas medidas de promoção das exportações (...) o crédito preferencial à exportação passou a ser o único esquema que continuou a conceder alguns subsídios líquidos aos exportadores." (25)

Outra política que acompanhou a procura da extroversão da economia nos anos sessenta foi a política monetária, nomeadamente a relativa à taxa de juro. Esta foi aumentada significativamente (dez pontos percentuais --- de 16 para 26% --- em meados de 1965), o que resultou na passagem das taxas de juro reais de negativas para positivas: de -11,4% em Dezembro de 1964 para cerca de 18-19% no final de 1965. Isto provocou um aumento significativo dos depósitos, contribuindo esta para um aumento da taxa de poupança das famílias e, com ela, do total da poupança interna:

Taxas de poupança

Ano	Taxa de Investimento interno bruto = Taxa de poupança bruta	Taxa de poupança interna bruta				Taxa de poupança externa
		Governo	Empresas	Famílias	TOTAL	
1960	10.9	-2.0	5.3	-2.5	0.8	8.6
1965	15.0	1.7	7.7	-2.1	7.4	6.4
1970	26.8	6.5	7.5	3.4	17.3	9.3
1975	29.4	4.0	11.3	3.4	18.6	10.4
1980	31.5	6.2	8.2	5.5	19.9	10.2
1981	28.4	6.7	8.3	4.6	19.6	7.9
1982	26.2	6.7	9.7	5.1	21.5	4.8
média						
1961-63	14.8	-1.2	6.7	-0.5	5.0	9.9
1971-73	24.2	4.4	9.3	4.5	18.2	6.6
1980-82	28.7	6.5	8.7	5.1	20.3	7.6

Fonte: KIM, Kwan Suk *op. cit.*, quadro 2.5, pg 21. Não se transcreveu a coluna das discrepâncias estatísticas que consta do original

25 - Vd Idem, pg 68

Taxas Brutas de Poupança e de Investimento; % do PIB

	Média 1971-80	Média 1981-90	1992
Poupança Interna Bruta	22.3	31.9	34.9
Investimento Interno Bruto	28.6	30.5	36.2

Fonte: Asian Development Outlook 1993

A elevada taxa de poupança interna bruta e, com ela, do investimento são, pois, características fundamentais desta economia --- tal como o são das demais.

Outra consequência, devida ao diferencial entre a taxa de juro real e a taxa internacional, foi a subida das entradas de capitais externos.

Devido ao acelerar da inflação no final dos anos 70 --- a taxa de inflação medida pela variação dos preços por grosso passou de cerca de 10% no final de 1977 para 42,2% três anos depois ---, as taxas de juro reais passaram a ser fortemente negativas (-4,8% em Dezembro de 1979 e -22,2% um ano depois). Isto levou o governo a aumentar a taxa de juro nominal e a adoptar uma política monetária mais restritiva de forma a combater a inflação. Nos três primeiros anos da década de 80 ela foi controlada, fixando-se em -0,8% em Dezembro de 1983.

As entradas de capitais acima referidas foram aproveitadas para o financiamento da expansão da economia numa forma que distingue o 'modelo coreano' de outros quanto à sua relação com o investimento estrangeiro: é que o nacionalismo económico praticado pelas autoridades económicas e políticas levou a que o investimento directo estrangeiro fosse controlado estreitamente, preferindo-se-lhe uma política de incentivo à constituição de grandes grupos económicos --- as *chaebol* ⁽²⁶⁾ --- dominados por empresários nacionais que, quando necessário, recorriam ao financiamento externo sob a forma de empréstimos.

Estes empresários foram seleccionados de entre os que se mostravam mais empreendedores e capazes de penetrar no mercado internacional:

"a classe capitalista que tinha sido forjada durante a fase de substituição de importações tinha poucos conhecimentos sobre os mercados internacionais e sobre marketing internacional e por isso não estava preparada para correr riscos elevados ao vender no estrangeiro. (...) isto forçou o governo a apoiar uns poucos, seleccionados grandes produtores nas indústria alvo. Na ausência de um mecanismo de mercado, [o governo] assumiu a tarefa de seleccionar os vencedores." ⁽²⁷⁾

O acesso ao crédito interno foi o instrumento fundamental desta política de apoio a um grupo seleccionado de empresários.

A política de liberalização dos preços foi outro dos instrumentos privilegiados pelos decisores de política económica. Ela caracterizou-se por uma redução significativa do número de produtos sujeito ao regime de preços fixados administrativamente (no final de 1965 estes foram reduzidos apenas a nove ⁽²⁸⁾). Esta redução "reflectiu uma alteração fundamental na política governamental no sentido de confiar mais nos mecanismos de mercado para a afectação dos recursos" ⁽²⁹⁾.

²⁶ - Para uma análise mais cuidada destes grandes grupos industriais veja-se OLIVEIRA, Luís Soares de *op. cit.*, Verbo, Lisboa, 1992, cap. VII. Um retrato desta concentração de poder nas *chaebol* pode ser dado também referindo que, em 1977, 2,2% das empresas coreanas empregavam mais de 500 trabalhadores e ocupavam, no total, 44% da força de trabalho (vd. CASTELLS, Manuel "Four Asian tigers with a dragon head" in APPELBAUM, R. e HENDERSON, J. (eds) *op. cit.*, pg 38

²⁷ - vd. PARK, Yung Chul "Development lessons from Asia: the role of government in South Korea and Taiwan" in *AEA Papers and Proceedings*, (AEReview vol. 80, nº 2), May 1991, pg 118

²⁸ - vd. KIM, Kwan Suk *op.cit.*, pg 65

²⁹ - vd Idem, pg 66

A existência desta política de "seleccionar os vencedores", facilitando-lhes nomeadamente o acesso ao crédito, é uma das manifestações fundamentais do intervencionismo dos decisores económicos coreanos sobre o processo económico. Esta intervenção não se fez, pois, sob a forma "socialista" da apropriação estatal dos meios de produção ⁽³⁰⁾ mas sim privilegiadamente através duma política em que a burocracia e o poder político decidiam quais as indústrias que deveriam ser dinamizadas e depois seleccionavam os empresários "vencedores" a apoiar para implantarem as referidas indústrias. Um exemplo manifesto deste comportamento foi a decisão tomada no início-meados dos anos 70 de dinamizar indústrias metalomecânicas pesadas como a construção naval, por exemplo.

É este comportamento que permite a PARK afirmar que "o governo coreano teve uma atitude colaborante e mesmo coerciva nas suas relações com o sector privado" [ênfase nossa - AS] ⁽³¹⁾.

Note-se que a opção pela concentração do poder económico num número não muito elevado de grandes conglomerados industriais é causa e consequência ⁽³²⁾ de um certo tipo de relacionamento entre o Estado e estas. Como dizia o próprio ex-presidente da Coreia, Park Chung-Hee,

"As empresas gigantes --- consideradas indispensáveis no nosso país --- desempenham um papel decisivo no desenvolvimento económico e na elevação do padrão de vida da população (...). (...) o problema-chave de uma política económica consiste na coordenação e supervisão destas empresas pelo Estado." ⁽³³⁾

Esta ênfase nas grandes empresas é um dos factores que distingue a política económica da Coreia e de Taiwan, já que neste último país a estrutura da propriedade de negócios é muito mais descentralizada. Indicador disto é o facto de, por exemplo, em 1981 as receitas brutas do principal conglomerado da Coreia, a Hyundai, ter sido de cerca de 10 biliões de dólares, cerca do triplo das receitas brutas combinadas dos dez principais grupos económicos de Taiwan. Por sua vez, a parte das firmas exportadoras de Taiwan com receitas superiores a 20 milhões de US\$ (121 empresas) era de 20% do total das exportações enquanto que as 8 principais empresas exportadoras da Coreia eram responsáveis por cerca de 42% das exportações do país ⁽³⁴⁾.

A concepção intervencionista do Estado prevalecente na Coreia ⁽³⁵⁾ desmente a interpretação sobre a política económica daquele país --- e, em geral, sobre as políticas dos países da região, incluindo o Japão --- que prevaleceu bastante tempo na literatura de cariz liberal neoclássica sobre aquela região ⁽³⁶⁾. De facto, da "floresta" de medidas de política económica adoptadas pela Coreia (e os demais 'velhos' Novos Países Industrializados), esta literatura sublinha fundamentalmente, pela mão de analistas que eram/são especialistas de comércio internacional, as

³⁰ - Embora tenha havido participação directa do Estado em muitas empresas, principalmente na sua fase de lançamento e se elas se enquadravam nos planos de desenvolvimento

³¹ - vd. PARK, Yung Chul "Development lessons from Asia: the role of government in South Korea and Taiwan" in *AEA Papers and Proceedings* (AEReview vol. 80, nº 2), May 1991, pg 118

³² - De facto, a opção por uma estrutura de produção altamente concentrada em grandes empresas conduz necessariamente a uma interpretação da política económica do tipo da referida por Hee na citação seguinte. Pelo contrário, uma opção por uma estrutura descentralizada de produção, em que a ênfase é colocada nas pequenas e médias empresas como no caso de Taiwan, torna quase impossível este intervencionismo do Estado. Veja-se adiante as considerações sobre Taiwan.

³³ - Citado em OLIVEIRA, Luís Soares de *Desenvolvimento* ..., op. cit., pg 113

³⁴ - vd HAK-YONG, Rhee "Industrial structure and economic performances: Korea and Taiwan" in SUNG-CHICK, Hong (ed) *Consequences of modernization and social development in Asian Societies*, Asiatic Research Institute, Korea University, Seoul, 1987, pg 195-6

³⁵ - Como diz OLIVEIRA, Luís Soares de in *op.cit.*, pg 47, "estamos portanto perante uma concepção de economia que se afasta de qualquer dos padrões contemporâneos --- mercado ou planificação centralizada --- incorpora um pouco de cada uma das escolas clássicas --- mercantilista e livre-cambista --- e que apresenta laivos de corporativismo".

³⁶ - Como é hábito em relação á maior parte das suas interpretações sobre os fenómenos económicos, foi o Banco Mundial um dos mentores e divulgadores desta interpretação. Curiosamente, em trabalhos recentes --- nomeadamente na obra *The East Asian miracle* ---, esta interpretação aparece muito mais matizada, reconhecendo-se a importância da intervenção do Estado no controlo do processo económico coreano.

"árvores" da liberalização deste comércio ⁽³⁷⁾ --- nomeadamente das importações como meio essencial para a produção de bens exportáveis --- e da liberalização de preços acima referida.

O intervencionismo do Estado na economia pode ainda exemplificar-se com o facto de entre 1963 e 1979 as compras pelo Estado ou pelas empresas públicas terem representado cerca de 38% da formação bruta de capital fixo ⁽³⁸⁾.

Mas outras características da evolução da estratégia coreana devem ser sublinhadas.

Para introduzir uma delas refira-se um estudo que ENOS e PARK ⁽³⁹⁾ realizaram em 1988. Nele eles procuram identificar as fontes de crescimento do PNB nos EUA, no Japão e na Coreia. Os resultados a que chegaram foram os seguintes:

Fontes	EUA (1948-69)	Japão (1953-72)	Coreia (1963-82)
Trabalho	22.0	17.1	35.8
Capital	19.8	23.8	21.4
Economias de escala	10.5	22.0	18.0
Avanço tecnológico	29.8	22.4	11.8
Vários	17.7	14.7	13.0
TOTAL	100.0	100.0	100.0

Fonte: SENGUPTA, Jati "Growth in NICs in Asia: some tests of new growth theory" in

The Journal of Development Studies, vol. 29, n° 2, Jan/1993

A análise que aqui fica não reflecte a evolução que se deu desde o início dos anos 80. Não reflecte, pois, as transformações que a crise económica internacional durante aquela década terá provocado nos vários países. Porém, como salienta SENGUPTA, para o período 1963-82

"é evidente a partir do quadro [acima] que o crescimento da Coreia proveio proporcionalmente mais de aumentos na oferta de trabalho e no factor qualidade ["skill factor" no original - AS] que lhe anda associado do que dos avanços tecnológicos" ⁽⁴⁰⁾

Esta constatação dá desde logo a ideia de que durante a maior parte daquele período se esteve, pelo menos no caso da Coreia, perante um modelo de crescimento económico que assentou privilegiadamente no desenvolvimento de indústrias mão-de-obra intensivas. Estas aproveitaram a existência de uma oferta de trabalho significativa ⁽⁴¹⁾,

³⁷ - Sob o ponto de vista metodológico, este aspecto é muito interessante, remetendo para a necessidade de, neste domínio como noutros, evitar as perspectivas unilaterais

³⁸ - vd CASTELLS, Manuel "Four Asian tigers with a dragon head: a comparative analysis of the state, economy and society in the Asian Pacific Rim" in APPELBAUM, R. e HENDERSON, J. (eds) *States and development in the Asian Pacific Rim*, Sage, Newbury Park/CA/USA, 1992, pg 38

³⁹ - vd ENOS, J.L. e PARK, W.H. *The adoption and diffusion of imported technology*, Londres, Croom Helm, 1988 citado por SENGUPTA, Jati "Growth in NICs in Asia: some tests of new growth theory" in *The Journal of Development Studies*, vol. 29, n° 2, Jan° 1993, pp 342-357

⁴⁰ - vd SENGUPTA, Jati *op.cit.*, pg 351

⁴¹ - Proporcionada, em parte, pela libertação de trabalhadores agrícolas na sequência da reforma agrária que ocorreu após a Guerra da Coreia e em parte pela própria desmobilização após a guerra --- e que, por isso mesmo mas também devido aos sistemas de controlo político-social em vigor

disposta, por razões quer de natureza cultural quer relacionadas com a necessidade de prover às suas necessidades, a trabalhar um número de horas muito acima da média corrente nos países mais industrializados do Ocidente, que era paga com salários relativamente baixos (⁴²) e que estava sujeita a um controlo apertado do ponto de vista político-sindical --- estava-se perante um sistema político que dificilmente pode ser considerado democrático no sentido ocidental do termo.

O trabalho na indústria manufactureira

países	nº médio de horas por ano e por empregado	produto médio das manufacturas por hora em US\$ a preços de 1980 em 1989	custo em trabalho por unidade de produto das manufacturas (US\$; 1988)
Estados Unidos	1878.6	20.2	69.9
Alemanha	1701.3	15.0	119.8
França	1713.1	15.2	90.3
Japão	2158.0	14.5	92.3
Coreia	2761.2	6.0	35.5

Fonte: HOOPER, Peter e LARIN, Kathryn "International comparisons of labor costs in manufacturing" in

Review of Income and Wealth, series 35, nº 4, Dezº 1989, quadros 2,4 e 5, pgs 342-347

Note-se que esta característica dos custos salariais relativamente baixos deve ser vista não só numa perspectiva dinâmica --- a realidade actual pode não corresponder à de há alguns anos atrás --- como também numa perspectiva de repartição de rendimento. Ora, quanto a este último aspecto, uma característica das estratégias prosseguidas --- principalmente na Coreia e em Taiwan --- é a relativa equidade social que elas proporcionaram.

Isto é especialmente verdade pelo menos quando se comparam estes com outros países em desenvolvimento, nomeadamente com alguns da América Latina cujas pretensões de desenvolvimento são semelhantes e que, pelo menos nalguns traços, adoptaram também nalgum momento da sua história recente estratégias com um grau significativo de extroversão. É o caso de países como o Brasil e o México, por exemplo.

Esta maior equidade está bem retratada nos seguintes elementos estatísticos:

Países	40%	20%
Coreia	23	38
Brasil	14	55
México	13	50
Países Menos Desenvolvidos (global)	15	41

Fonte: YOTOPOULOS, Pan "Distributions of real income: within countries and by world

income classes" in *Review of Income and Wealth*, series 35, nº 4, Dezº 1989, quadro 4, pg 366

⁴² - vd quadro abaixo

Também um estudo recente do Banco Mundial chama a atenção para este facto reproduzindo um quadro de que se apresenta aqui apenas um extracto:

Economia	Taxa de crescimento anual do rendimento <i>per capita</i> , 1965-90	Ano dos dados	% de rendimento dos 20% das famílias mais pobres	% de rendimento dos 20% das famílias mais ricas	Rácio entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres
Hong Kong	6.2	1980	5.4	47.0	8.7
Coreia	7.1	1976	5.7	45.3	7.9
Singapura	6.5	1982-83	5.1	48.9	9.6
Taiwan, China		1976	9.5	35.0	3.7
Japão	4.1	1979	8.7	37.5	4.3
Brasil	3.3	1983	2.4	62.6	26.0
México	2.8	1977	2.9	57.7	19.9
Botswana		1985-86	2.5	59.0	20.0
Gana (despesa <i>per capita</i>)	-1.4	1988-89	7.1	43.7	6.2

Fonte: World Bank *The East Asian miracle. Economic growth and public policy*,

World Bank Policy Research Report, World Bank, Washington, 1993, quadroA5.4, pg 248

Esta situação merece pelo menos duas referências. Uma para referir aquela que muitos autores referem como sendo a origem (ou, melhor dizendo, uma das origens principais) de tal situação; a outra para a relacionar com o nível de rendimentos a que esta igualdade é obtida.

Quanto à primeira, o que parece estar em causa no caso da Coreia do Sul (e também de Taiwan) é um dos efeitos da reforma agrária a que se procedeu pouco depois da instalação dos regimes (e, conseqüentemente, do pessoal que o serve) que têm controlado o processo político em cada um dos países.

De facto, uma das primeiras medidas adotadas por estes regimes ainda na década de 50 foi a adopção de uma reforma agrária que teve um triplo efeito: a redistribuição da terra e, com ela, dos rendimentos dela provenientes --- e que na época eram os da grande maioria da população ---, a eliminação de uma classe de proprietários rurais que poderia opor-se à evolução industrializante que o processo económico veio a seguir e, *last but not least*, o estabelecimento das condições para a libertação de uma parte da mão-de-obra necessária para o desenvolvimento da indústria.

Quanto à segunda, deve ser aqui referido o facto de aquela igualdade se ter feito, em boa parte, a níveis relativamente baixos --- mas, deve-se reconhecê-lo também, crescentes a um ritmo sem paralelo na história (⁴³) --- de rendimento, nomeadamente de salários:

Remuneração horária nas manufacturas em dólares correntes dos EUA

ano	Estados Unidos	Alemanha	França	Japão	Coreia	rácio EUA/Coreia
1975	6.36	6.35	4.60	3.05	0.34	18.7
1980	9.84	12.33	8.94	5.61	1.01	9.7
1985	12.96	9.56	7.52	6.47	1.31	9.9
1988	14.16	17.99	13.75	13.28	2.13	6.6

Fonte: HOOPER, Peter e LARIN, Kathryn "International comparisons of labor costs in manufacturing" in

Review of Income and Wealth, series 35, n° 4, Dez° 1989, quadro 5, pg 347

Esta situação salarial é uma das causas da capacidade concorrencial da indústria coreana no mercado internacional e, por isso, da sua capacidade exportadora. Porém, não sendo um país rico em recursos naturais --- a não ser a sua própria população ---, os decisores da política económica rapidamente se aperceberam de que teriam transformar o país num transformador de matérias primas ou outros inputs intermédios previamente importados. Daí a política de liberalização das importações seguida dever ser considerada como um verdadeiro pressuposto da política de promoção das exportações.

Refira-se, por fim, o outro aspecto salientado por SENGUPTA a partir do estudo de ENOS e PARK acima citado: a da importância da qualidade do trabalho, mais ainda do que a da tecnologia incorporada nos equipamentos ou nos processos de fabrico.

O factor de crescimento assim sublinhado está intimamente associado ao grau de escolarização alcançado pela maioria da população. Este, por sua vez, é o resultado da conjugação de pelo menos três elementos principais: a política colonial japonesa durante o período em que a Coreia esteve dependente de Tóquio, a prossecução de uma política de sistemático reforço da qualificação da mão-de-obra levada a cabo pelas autoridades da Coreia do Sul e, *last but not least*, a influência da "*self-cultivation*" referida no ponto sobre o 'mosaico' da região.

Esta ênfase trouxe como consequência que em meados dos anos sessenta já toda a população em idade escolar frequentava a escola (a percentagem em Portugal era de 84% (⁴⁴)). Em 1990, graças ao esforço desenvolvido no campo do ensino, designadamente no ensino superior de matriz tecnológica, a percentagem da população escolar com idade para frequentar o ensino superior que nele estava efectivamente inscrita era de 38% (18% em Portugal (⁴⁵)).

Esta constatação leva-nos a sublinhar como uma das características mais importantes da estratégia de desenvolvimento prosseguida pela Coreia o esforço feito na formação do capital humano. Este esforço não poderia deixar de produzir resultados no sistema produtivo:

"A produtividade da força de trabalho cresceu anualmente a ritmo sempre superior a 15% e contribuiu em cerca de 2,5% também anualmente para o crescimento do PIB. (...)

⁴³ - Veja-se, nomeadamente, a elevada taxa de crescimento do rendimento *per capita* referida no quadro anterior.

⁴⁴ - Para complementar a comparação, registre-se que em 1965 o PNB total de Portugal era de 3740 milhões de US\$ e o da Coreia era de 3000 milhões de US\$. Em 1990 os valores eram, respectivamente, 56820 milhões e 236400 milhões de US\$. Vd WORLD BANK *World development Report 1992*, Quadro 3, pg 223

⁴⁵ - Note-se que em 1965 os valores respectivos para a Coreia e para Portugal eram 6% e 5%. Isto é, seuma situação de partida aproximada --- apesar de em 1965 o rendimento nacional português ser superior ao da Coreia, a percentagem desta já era então superior ---, o esforço desenvolvido por cada país foi substancialmente diferente: enquanto que a Coreia multiplicou por 6,3 o número dos seus estudantes no ensino superior, Portugal viu o seu número aumentar apenas 3,6 vezes

Os índices de eficiência da mão-de-obra coreana empregada em várias indústrias são superiores aos ocidentais, francamente superiores aos do Tercer Mundo, mas sensivelmente inferiores aos registados no Japão." (⁴⁶)

Estas são algumas das principais características da estratégia de desenvolvimento com extroversão prosseguida na Coreia.

Naturalmente, o processo económico a que ela deu origem não ficou completamente descrito, assim como não demos demasiada atenção à dinâmica da própria estratégia, i.e., às alterações a que ela esteve sujeita desde que, durante a primeira metade dos anos 60 ela começou a ser implementada até à actualidade. Não era, porém, esse o objectivo deste texto.

3.3 - Taiwan (⁴⁷)

Foi na sequência da sua derrota no combate contra os comunistas de Mao Tse Tung, que os nacionalistas de Chiang Kai-shek se refugiaram em Dezembro de 1949 em Taiwan. Entre 1948 e 1950 e na sequência da luta que se travava no continente, a ilha viu passar a sua população dos pouco mais de seis milhões de habitantes para cerca de oito milhões. Os refugiados que então chegaram à ilha incluíam parte importante da classe política e da burguesia do continente.

Dada a rapidez do aumento da população, as estruturas produtivas existentes na ilha --- quer a agricultura quer a incipiente indústria de transformação de alguns produtos agrícolas --- foram incapazes de satisfazer o aumento da procura. Esta passou em parte a ser satisfeita com a importação do Japão, então já em fase de recuperação da produção após a II Grande Guerra (⁴⁸), de vários produtos, nomeadamente os de origem industrial.

As divisas eram, porém, escassas, dificultando tais importações. Daí o facto de os dirigentes do país terem optado por dar prioridade à satisfação da procura através do estabelecimento de incentivos --- por exemplo restrições às importações --- à produção interna quer agrícola quer industrial. Estavam lançadas as bases de uma estratégia de substituição de importações (⁴⁹).

As restrições impostas deram-se, porém, antes que a produção nacional fosse suficiente para colmatar a brecha criada no abastecimento. Como esta foi especialmente notória na produção têxtil, foi esta indústria que mereceu as primeiras atenções das autoridades económicas do país. Estas, aproveitando a presença de muitos industriais oriundos de Shangai, incentivaram-nos a lançarem-se nesta produção ao mesmo tempo que estabeleciam uma estratégia de maximização do valor acrescentado no país: a produção têxtil (algodão) deveria assentar na produção de algodão pela agricultura nacional. Porém, tal como noutras situações, houve que passar por uma fase de importação de equipamentos, de bens intermédios e, enquanto a agricultura nacional não satisfazia as necessidades internas, de matéria prima.

⁴⁶ - vd OLIVEIRA, Luis Soares de *op.cit.*, pg 106

⁴⁷ - Se a análise do caso da Coreia se torna relativamente fácil face à enorme documentação e às estatísticas existentes, a de Taiwan torna-se um pouco mais difícil por as publicações do sistema das Nações Unidas quase não lhe fazerem referência em resultado da expulsão do país para que a China Popular pudesse entrar na organização. Socorremo-nos, por isso, neste caso mais do que no anterior, das análises de outros autores

⁴⁸ - Lembremos que esta recuperação não foi muito difícil já que, ao contrário do que sucedera na Europa Central, a guerra não se tinha desenvolvido em território japonês, poupando assim a maior parte do aparelho produtivo do país

⁴⁹ - Tal como para o caso da Coreia, veja-se com proveito os esquemas formulados por Gustav RANIS em "Employment, income distribution, and growth in the East Asian context: a comparative analysis" in CORBO, Vittorio et al. (eds) *Export-oriented development strategies*, Westview press, Boulder/CO/USA, 1984, pg 252-3

Taiwan: PIB a preços constantes de 1964

Anos	Valor (bilhões de dólares de Taiwan)	Agricultura (%)	Indústria (%)	Outros (%)
1952	36,7	41,8	11,6	46,6
1956	46,8	37,1	15,2	47,7
1960	62,5	30,7	19,0	50,2

Fonte: LINDENBERG, Marc "Taiwan, 1961: the search for a visible economic strategy" in LINDENBERG, Marc e RAMIREZ, Noel *Managing adjustment in developing countries. Economic and political perspectives*, ICS Press, San Francisco/CA/USA, 1989, pg 114

Paralelamente, introduziu-se na agricultura uma reforma agrária (⁵⁰) que teve várias consequências económicas e sociais: permitiu aumentar a produção agrícola (incluindo de produtos exportáveis que, devido à fraqueza da indústria transformadora, constituíram a principal fonte de divisas), contribuiu para a melhoria da distribuição do rendimento e, muito importante, contribuiu para retirar poder económico à classe dos proprietários da terra, os quais poderiam ter vindo a constituir-se em foco de resistência ao processo de rápida transformação das estruturas económicas do país.

A redistribuição da terra efectuada afectou cerca de 28% das famílias camponesas e 16% da terra: cerca de 210 mil hectares de terra, ou seja, cerca de 25% da área cultivada de 1951-55 mudaram então de propriedade (⁵¹).

Temos, pois, que tal como no caso da Coreia, a estratégia de desenvolvimento de Taiwan deu, logo nos seus primeiros passos, uma grande atenção à agricultura, facto que contrasta com o que tem acontecido nos demais países em desenvolvimento, nomeadamente em África e na América Latina. Esta atenção fez da agricultura não só um mercado para as produções industriais da fase de substituição de importações (têxteis e outros bens de consumo), como também uma fonte de capital e de mão-de-obra para alimentar o desenvolvimento industrial: de capital, porque uma parte importante das compensações financeiras dadas aos proprietários forçados a vender parte das suas terras foi encaminhada para a indústria; de mão-de-obra, porque o crescente aumento da produtividade da produção agrícola, tornado possível pela reforma agrária e pela assistência técnica prestada aos agricultores que a acompanhou, permitiu ir libertando mão-de-obra para satisfazer as crescentes necessidades da indústria neste domínio.

Ainda à semelhança do que se passou na Coreia, também o país beneficiou durante bastante tempo e em volumes significativos da ajuda americana. Esta representou 10% do PNB em 1951, diminuindo depois até aos 2% em 1965 por efeito quer da redução da ajuda quer do aumento do Produto Nacional Bruto. De 1953 a 1960 Taiwan recebeu dos EUA, a título de ajuda, uma média anual de US \$1,5 bilhões (⁵²)

Também aqui, mais uma vez, esta ajuda (não só monetária mas também de aconselhamento técnico) não foi importante apenas sob o ponto de vista económico. Ela foi-o também sob o ponto de vista social e político ao garantir apoio à formação de uma classe dirigente moderna e inbuída de um espírito empreendedor.

⁵⁰ - Redução de 50% para 37,5% das rendas pagas pelos agricultores aos proprietários da terra, a venda de terrenos pelo governo e a obrigatoriedade de os grandes proprietários rurais a venderem parte das suas terras a quem as cultivasse

⁵¹ - VdLINDENBERG, Marc "Taiwan, 1961: the search for a visible economic strategy" in LINDENBERG, Marc e RAMIREZ, Noel *Managing adjustment in developing countries. Economic and political perspectives*, ICS Press, San Francisco/CA/USA, 1989, pg 116. Outra informação colhida na mesma fonte é a de que antes da reforma agrária cerca de 36% das famílias eram proprietárias de terra, sendo outras 39% arrendatárias; depois da reforma, as percentagens eram, respectivamente, 60% e 17%

⁵² - vd HWANG, Y. Dolly *The rise of a new world economic power: postwar Taiwan*, Greenwood Press, Westport/CT/USA, 1991, pg 15. As taxas de câmbio eram em 1953 e em 1961, 15,65 e 40,03 dollars de Taiwan por US\$, respectivamente.

Outra forma importante que revestiu o apoio americano foi a abertura do mercado deste país às produções de Taiwan. Foi em resultado desta abertura que os EUA têm sido desde o início dos anos sessenta o principal parceiro económico do país, já que para lá enviou cerca de 25% das suas exportações em 1962 (e cerca de 48% em 1984 e 1985).

Importante no quadro da evolução de Taiwan foi ainda o nível de formação do capital humano, ainda aqui em parte uma herança (positiva, neste caso) do colonialismo japonês que a ilha sofreu de 1895 a 1945:

"De 1915 a 1944 a população de Taiwan aumentou de quatro para seis milhões mas o número de crianças na escola aumentou de 66.000 para 798.000; em 1944, cerca de três quartos das crianças em idade escolar frequentavam a escola. Em 1949 cerca de metade da população era alfabetizada" ⁽⁵³⁾

O esforço de melhoria do capital humano também aqui se mostrou compensador:

"O principal segredo do desenvolvimento de Taiwan não foi a sua capacidade para satisfazer as necessidades tecnológicas para produzir bens cada vez mais produtivos mas a sua capacidade para satisfazer as necessidades organizativas de novas combinações (...) de um comportamento necessário para os produzir." ⁽⁵⁴⁾

Um outro resultado positivo da presença japonesa na ilha foi a sua contribuição para o lançamento de algumas das bases da melhoria da produtividade agrícola que se veio a verificar mais tarde. Estão neste caso os sistemas de regadio e os esquemas de entreatada entre os produtores, por exemplo. Também o desenvolvimento industrial, com a criação de fontes de energia e de algumas indústrias, beneficiou dos investimentos feitos pelos japoneses durante a ocupação do país ⁽⁵⁵⁾.

Foi com este pano de fundo ⁽⁵⁶⁾, a que há que juntar uma situação política externa de crescente redução das perspectivas de luta com a China Continental e de indícios da vontade americana de pôr fim à ajuda concedida ao país ⁽⁵⁷⁾, que no início dos anos sessenta foi tomada a decisão de, para garantir a sobrevivência de um país com as características de Taiwan (uma ilha com poucos recursos naturais e com uma população relativamente reduzida quando confrontada com o colosso do continente) e para sair da fase de progressivo esgotamento do modelo de substituição de importações que já se começava a adivinhar, redireccionar a política económica no sentido de ir à procura dos mercados onde eles existiam: no exterior.

O instrumento de enquadramento desta opção foi o "Programa em dezanove pontos para a reforma económica e financeira" aprovado no final de 1959 e que previu incentivos para a produção para e a comercialização no estrangeiro.

Esta reorientação para o exterior --- que permitiu que a taxa de crescimento da produção industrial se tivesse situado nos cerca de 17% ao longo da década de 60 --- foi acompanhada de perto por uma tecnocracia ⁽⁵⁸⁾ que vinha

⁵³ - vd VOGEL, Ezra *The four little dragons. The spread of industrialization in East Asia*, Harvard UP, Cambridge/MA/USA, 1991, pg 20-21. Este texto serviu como uma das principais fontes bibliográficas para toda esta parte sobre Taiwan

⁵⁴ - vd VOGEL, Ezra *op. cit.*, pg 22 citando S.C. Hsieh e Lee Teng-Hui

⁵⁵ - vd HWANG, Y. Dolly *The rise of a new world economic power: postwar Taiwan*, Greenwood Press, Westport/CT/USA, 1991, pp 69-73

⁵⁶ - Início, bem sucedido, de um processo de industrialização por substituição de importações, reforma agrária, uma relativa igualdade na distribuição do rendimento, ajuda americana, nível educativo importante, "anos de ouro" nas economias ocidentais e no comércio internacional, coesão política da classe dirigente ditada pelo facto de ser quase toda ela fugida do 'perigo comunista' do continente, forte liderança política por Chiang Kai-shek

⁵⁷ - vd LINDENBERG, Marc "Taiwan, 1961: the search for a visible economic strategy" in LINDENBERG, Marc e RAMIREZ, Noel *Managing adjustment in developing countries. Economic and political perspectives*, ICS Press, San Francisco/CA/USA, 1989

⁵⁸ - Uma boa parte da tecnocracia económica de nível superior tinha sido formada no exterior e/ou tinha estado, de uma forma ou de outra, muito exposta à influência norte-americana canalizada através da ajuda que os EUA prestavam à ilha. Como refere VOGEL, "os burocratas económicos (...) que guiaram as políticas

ganhando cada vez maior importância. A ela não era estranha, tal como no caso da Coreia, uma relativa independência dessa tecnocracia face aos interesses económicos constituídos já que estes ou tinham sido dominados pela realização da reforma agrária ou não tinham ainda tido tempo suficiente para, face a um poder político fortalecido pela direcção da luta no continente, encontrar mecanismos para se impôr a este, antes tendo adoptado desde cedo uma atitude de dependência face à orientação da actividade económica por ele levado a cabo.

Esta tecnocracia, talvez por o ser mas também devido às características da população --- a parte mais significativa dos empresários do continente tinha-se refugiado em Hong Kong ---, apostou nos primeiros anos na constituição de empresas públicas que tiveram por missão fundamental produzir bens essenciais --- nomeadamente uma indústria pesada e energética --- para apoiar o esforço de industrialização. Porém, ao longo do tempo, à medida que as capacidades empresariais (financeiras, tecnológicas e de gestão) se foram desenvolvendo, foi sendo dada cada vez maior importância ao sector privado. Foi assim que de 1949 para 1985 este sector viu aumentado seu peso no valor da produção de 28% para 84% (⁵⁹).

Porém, ao contrário do que sucedeu na Coreia, o Estado em Taiwan nunca apostou na constituição de grandes grupos económicos. É por isso que ainda hoje a estrutura económica do país inclui, ainda que a par de algumas grandes empresas, uma miríade de pequenas e médias empresas industriais e de serviços (⁶⁰). A uma concentração da produção sempre se preferiu a alternativa de, para satisfazer grandes encomendas do exterior, formar cadeias de colaboração entre empresas de média dimensão que, nomeadamente através do sistema de subcontratação, repartem entre si a tarefa da produção.

Os incentivos à exportação foram variados, incluindo incentivos fiscais, empréstimos e assistência na transferência de tecnologia a adquirir. Ela incluiu também a criação, em 1966, da primeira zona económica mundial destinada exclusivamente à produção para exportação.

Esta produção era, naquela época, principalmente de indústrias mão-de-obra intensivas e sem grande complexidade tecnológica: a parte dos têxteis e calçado no total da produção manufactureira era, quer no início das décadas de 50 e de 60, de cerca de 17%, tendo passado em 1971 a representar cerca de 22%. Os sectores das máquinas eléctricas e da maquinaria, por sua vez, representavam cerca de 2% cada um no início dos anos 60 e 9,4% e 2,8%, respectivamente, em 1971 (⁶¹).

O rápido crescimento da economia durante a década de sessenta tornou evidente a grande dependência do país relativamente à energia e aos produtos de indústrias como a do ferro e aço, a química e a dos meios de transporte (automóveis, navios). Daí o ter-se optado por uma segunda fase de substituição de importações, agora de bens das indústrias pesadas e não já apenas das indústrias de bens de consumo.

A década de setenta, porém, com as suas alterações significativas do preço da energia, trouxe consigo a quase ruína de tal opção: em 1974 o crescimento económico foi apenas de 1,1%. Numa rápida correcção do rumo traçado, a segunda metade dos anos setenta viu modificarem-se as opções de base dos estrategos da industrialização de Taiwan: data dessa época o lançamento de um vasto programa de recuperação económica que, no entanto, viu esgotados rapidamente os seus efeitos devido à crise económica internacional (e consequente queda da procura externa) do início dos anos 80.

Mais uma vez, face a uma crise, as autoridades económicas do país souberam reagir com o desencadear de um processo de revisão das opções da estratégia de desenvolvimento. Conscientes de que, face ao crescente

financeiras eram algumas das pessoas mais capazes e melhor educadas de Taiwan. Dos 44 principais planificadores económicos do país dos anos 50 e 60, 43 tinham grau universitário; 52% tinham cursos avançados obtidos nos Estados Unidos e 9% tinham-nos obtido na Europa". Vd VOGEL, Ezra *op.cit.*, pg 26

⁵⁹ - vd VOGEL, Ezra *op.cit.*, pg 29

⁶⁰ - Veja-se a este respeito o que ficou dito quando abordámos o caso da Coreia do Sul sobre o peso das grandes empresas na Coreia e em Taiwan

⁶¹ - vd o Apêndice estatístico de WINCKLER, Edwin e LODGE, George "Taiwan, 1986: choices for the future" in LINDENBERG, Marc e RAMIREZ, Noel *Managing adjustment in developing countries. Economic and political perspectives*, ICS Press, San Francisco/CA/USA, 1989, pg 221

protecção de vários mercados (⁶²), a manutenção das capacidades de exportação do país estavam dependentes da modificação da estrutura destas e, conseqüentemente, da própria produção, as autoridades do país lançaram então um vasto programa de apoio ao desenvolvimento das indústrias ligadas aos sectores de alta tecnologia, nomeadamente a do tratamento automático da informação, a engenharia mecânica, a engenharia genética, etc (⁶³).

Peças importantes na implementação desta estratégia foram a criação de instituições de investigação nestas áreas (nomeadamente, ainda na segunda metade dos anos 70, o Instituto de Investigação de Tecnologia Industrial e a Organização dos Serviços de Investigação Electrónica, quaisquer deles equipados com a tecnologia mais recente disponível e com um importante quadro de pessoal técnico, a maioria formada nos EUA) e a criação, em 1980, do parque de ciência e tecnologia de Sintsu.

Quanto fica dito faz realçar a importância, que também em Taiwan, tiveram quer uma atitude de permanente intervenção do Estado na definição das linhas de evolução da economia quer o papel que, neste processo, foi desempenhado pela tecnocracia (económica e de vários ramos da engenharia).

Aspecto importante a realçar é, porém e como já salientado acima, o de que, contrariamente ao que sucedeu na Coreia, este envolvimento do Estado na orientação da produção não foi feito --- mas também não desdenhou sempre que tal se mostrou aconselhável para a concretização da linha traçada, como no caso do apoio à construção nacional de automóveis --- a intervenção directa na produção através de empresas públicas. de facto, se em 1952 estas representavam quase 60% da produção do país, em 1989 esta proporção baixara para 10%.

3.4 - Os traços gerais das estratégias de extroversão

Chegados a este ponto, resta-nos fazer uma pequena síntese dos principais contornos das estratégias de exportação tal como prosseguidas pela Coreia e por Taiwan.

Uma primeira constatação é a de que elas levaram a um efectivo e significativo aumento da parte do comércio internacional no produto nacional:

Parte do Comércio Internacional (Exportações + Importações) no PNB; %

Economia/região	1975	1985	1992
Hong Kong	147	183	...
Coreia	59	68	54
Singapura	236	268	290
Taiwan	73	81	73

Fonte: Asian Development Bank *Key Indicators of Development*, pg 36

Esta *performance* deve-se em boa parte a uma correcta utilização e durante períodos longos dos instrumentos tradicionais da política económica: as políticas fiscal, cambial, aduaneira, de preços e monetária.

De facto, instrumentos privilegiados foram:

- 1) a utilização de incentivos fiscais (nomeadamente isenções de pagamento de direitos alfandegários, de redução das taxas de imposto sobre os lucros obtidos com a exportação, a prática do *draw-back*, etc);

⁶² - Nomeadamente dos EUA, seus principais parceiros económicos, que vinham desenvolvendo uma política de tentativa de inversão do sistemático saldo negativo das suas relações com Taiwan.

⁶³ - vd HWANG, Y.Dolly, op. cit. pg 79-80

- 2) uma taxa de câmbio que foi desvalorizada sempre que necessário para manter a competitividade da produção nacional;
- 3) a liberalização do comércio internacional (das importações) como instrumento essencial para permitir a entrada de equipamentos, bens intermédios e matérias-primas necessárias à transformação industrial para posterior (re)exportação;
- 4) o fim da prática de preços fixados administrativamente de modo a garantir a sua fixação a níveis que correspondessem à "verdade dos preços" (nomeadamente a ditada pelos preços internacionais); e
- 5) uma política de crédito que privilegiava os produtores de bens de exportação.

Fundamental foi ainda uma política salarial que, nomeadamente graças ao controlo das actividades sindicais e, genericamente, graças a uma prática política só (pouco mais que) formalmente democrática, conseguiu manter níveis salariais realtivamente baixos embora em crescimento.

Este aumento foi o responsável, nomeadamente, por uma crescente perda de rendibilidade de segmentos de produção mais mão-de-obra intensivos e que, face ao aumentos dos custos salariais e à prática de salários ainda mais baixos em outros países da região, se tiveram de transferir para estes últimos, assegurando assim a prossecução da transmissão de efeitos por 'ondas' a vários países da Ásia Oriental (ASEAN, por exemplo).

Mas ele foi também, na sequência daquela perda de competitividade de algumas produções, responsável por um certo *upgrading* tecnológico que as economias da '1ª onda' tiveram que realizar, especializando-se progressivamente na produção de bens com uma cada vez maior complexidade técnica como sejam os produtos eléctricos (principalmente da linha castanha) e electrónicos, automóveis, etc.

Naturalmente, o rápido aumento e diversificação da produção só foi possível graças a taxas importantes de aumento do capital físico, quer directamente produtivo quer em infraestruturas. Este investimento assentou em taxas de poupança elevadas (da ordem de um terço e mais do produto).

Papel fundamental desempenhou também, como tivemos oportunidade de salientar, a formação do capital humano. Estudos recentes do Banco Mundial confirmam esta conclusão ao afirmar, após estudos econométricos apropriados, que "a educação primária é, de longe, o principal [factor] individual contribuindo para as taxas de crescimento das economias asiáticas de alta *performance*" (64).

Tudo isto só foi possível num quadro em que o comércio internacional apresentou grande dinamismo e, principalmente, num quadro cultural e institucional que, no mínimo, teremos de considerar como muito propiciadores do crescimento económico rápido.

Quanto ao quadro cultural, cremos que é ele que ajuda a compreender o apego das populações da região à prática de longos horários de trabalho, de aplicação nesse mesmo trabalho e da "*sel-cultivation*" referida acima, tudo com as conhecidas consequências de grande produtividade da mão-de-obra e de baixo custo unitário da produção que tanto têm contribuído para o constante ganho de quotas de mercado por parte dos países da Ásia Oriental no quadro da economia internacional.

Quanto ao quadro institucional, salientamos a existência de uma forte presença do Estado na economia não necessariamente como detentor de meios de produção mas antes, principalmente, como definidor da linha de rumo a prosseguir e numa prossecução desta de uma forma coerente ao longo do tempo, propiciando aos agentes económicos, quer directamente (subsídios, etc) quer indirectamente (construção de infraestruturas, apoio tecnológico e na formação de capital humano, etc) as condições para que estes desenvolvam eficazmente as suas actividades.

Last but not least, deste quadro faz ainda parte a existência de uma burocracia relativamente independente do poder económico e que mostrou ser capaz de lhe impôr a linha de rumo por ela traçada.

⁶⁴ - vd WORLD BANK *The East Asian Miracle*, op. cit., pg 52

4 - As lições da experiência: da Ásia Oriental para África?

Alice AMSDEN refere na sequência do seu estudo sobre "o próximo gigante da Ásia", a Coreia, que

"Há um conjunto muito maior de países que incluem o Japão, a Coreia, a Índia e o Brasil, cada qual tendo instituições similares, que evoluíram em resposta a exigências da industrialização tardia através da aprendizagem. Estas instituições incluem um estado intervencionista que deliberadamente distorce os preços relativos para estimular o crescimento económico, grupos empresariais que se diversificam para competir inicialmente nos segmentos inferiores de muitos mercados, um foco estratégico na gestão ao nível da empresa ("shopfloor management" no original) onde engenheiros respeitados lutam por conseguir aumentos de produtividade e melhorias de qualidade e um movimento laboral política e economicamente fraco.

(...) o paradigma funciona especialmente bem no Japão e na Coreia porque o Estado em ambos os países quiz e foi capaz de obrigar as grandes empresas a terem níveis altos de *performance* a troco de protecção comercial e de subsídios" (65)

Por outro lado, VOGEL salienta que um dos quatro "*clusters*" de instituições e de atitudes tradicionais que contribuíram para a capacidade do Japão e dos "quatro dragões" se industrializarem foi a existência do que ele designa como sendo uma "élite meritocrática" (66).

Além disso, tudo quanto ficou dito no ponto anterior remete para a efectiva importância da existência de um protagonismo do Estado como dinamizador do processo económico. Este 'protagonismo' poderá passar por formas mais directamente intervencionistas sobre o sector privado (como no caso da Coreia) ou por formas em que essa intervenção é menos notória sem deixar de ser altamente condicionante desse processo (como no caso de Taiwan).

Este papel do Estado na economia exige a existência de uma burocracia não só qualificada e respeitada no seu estatuto social como também relativamente independente do meio dos negócios de modo a ter capacidade para lhe impôr o rumo a seguir.

Além disso é necessária, naturalmente, a existência de um mínimo de recursos financeiros que permitam o arranque do processo de crescimento económico. Estes recursos podem ser obtidos quer através de mecanismos essencialmente internos de acumulação quer através da ajuda externa e do investimento estrangeiro --- principalmente o directo, dado que ele permite também o acesso à tecnologia.

Destas "pré-condições para o arranque", quais as que se verificam hoje em dia em África?

A resposta não é simples até porque não existe uma África mas sim muitas, (pelo menos) tantas quantos os países que a compõem apesar dos aspectos comuns susceptíveis de serem encontrados entre muitos deles.

Assim sendo, resta-nos optar por colocar a questão em relação a uma determinada área geográfica e, numa perspectiva ainda mais restrita, em relação a um país. Neste quadro, optamos por tentar responder (tentativamente) à questão em relação à África Sub-Saariana, em particular a África Austral e, nesta, em relação a Moçambique.

Uma vertente fundamental da análise desta questão é a da possibilidade de "a história se repetir". Ora, quanto a este aspecto, parece-nos evidente que a resposta a esta questão não pode ignorar a existência de uma segunda e de uma terceira 'ondas' de NICs, sugerindo a possibilidade daquela repetição ser, de facto, possível.

Não cremos, porém, nem que ela o seja indefinidamente nem que o seja independentemente do lugar onde se dá --- i.e., dos ambientes geo-económico e geo-político e cultural em que ocorre --- e da época histórica em que ocorre.

⁶⁵ - vd. AMSDEN, Alice *Asia's next giant. South Korea and late industrialization*, Oxford U.P., New York, 1989, pgs 320-321

⁶⁶ - vd VOGEL, Ezra *The four little dragons. The spread of industrialization in East Asia*, Harvard U.P., Cambridge/MA/USA, 1991, pg 92. Os outros três *clusters* por ele referidos são o sistema de exames à entrada, a importância do grupo e o objectivo da melhoria da situação individual (*self-cultivation*)

Quanto a esta, é hoje pacífico para todos os autores que a ajuda externa americana prestada aos países da região --- especialmente a Coreia e Taiwan --- no quadro da luta contra o 'perigo vermelho' (ou amarelo?) proveniente da China comunista desempenhou um papel fundamental no arranque do processo de crescimento da região. Importância fundamental tiveram também as despesas (militares e não só) efectuadas por este país ao longo da sua presença mais evidente na Ásia Oriental (ocupação do Japão após a II Grande Guerra e guerras da Coreia e do Vietname).

Quanto ao quadro geo-económico, parece evidente que a proximidade de um 'epicentro' como o Japão e de economias altamente dinâmicas e --- pelo menos nos caos de Taiwan (quase sempre) e da Coreia (muitas vezes) --- financeiramente superavitárias como as dos "quatro tigres", tem desempenhado um papel fundamental na transmissão do efeito crescimento pelas vias da subcontratação, da deslocalização de indústrias à medida que os níveis salariais vão aumentando em países de 'ondas' precedentes e, carregada através destes mecanismos e do investimento directo, na transferência de tecnologia.

Ora, a realidade dos nossos dias da África Sub-Saariana é bem diversa desta. Nomeadamente, ela tem assistido, por razões que não é possível analisar aqui e agora, ao processo da sua marginalização da economia mundial. A este processo, de que a própria África não está isenta de culpas, não são estranhos nem a evolução tecnológica dos últimos anos --- nomeadamente através das suas consequências quanto à redução do percentagem de matérias primas nos produtos finais --- nem a presença na economia mundial dos países da Ásia Oriental.

De facto, a existência destes e a sua dinâmica --- bem como a existência e a dinâmica de vários países da América Latina --- faz com que as perspectivas de melhoria da situação da África quanto à sua (re)inserção no mercado mundial não sejam brilhantes. Veja-se, por exemplo, o que tem sucedido à cotação de alguns produtos primários tradicionalmente exportados pela África desde que alguns países asiáticos, nomeadamente a Indonésia e a Malásia, decidiram aumentar a sua produção destes produtos. Isto é, a (re)entrada dos países africanos na economia mundial não pode ser feita com base nos mesmos produtos que tradicionalmente têm exportado porque a situação dos respectivos mercados é hoje bem diferente da de há 15-20 anos quer quanto ao número de produtores quer quanto às qualidades produzidas e respectiva valoração no mercado.

A existência na África Sub-Saariana de dois 'casos de sucesso' como o Gana e a Maurícia não chegam para temperar o nosso relativo pessimismo.

De facto, no caso do primeiro, vários autores e vários indicadores parecem apontar para uma situação económica que, ainda que (momentaneamente?) favorável, não parece ter a consistência suficiente para colocar ao abrigo das vicissitudes da evolução da economia mundial, parecendo querer dar razão aos autores que defendem que entre a "*good policy*" e a "*good luck*" (nomeadamente quanto à evolução do meio económico internacional envolvente), esta última parece ser mais importante --- ainda que, naturalmente, o papel daquela não seja de desprezar.

Quanto à segunda, uma sua análise, mesmo que superficial, rapidamente deixa perceber que a composição étnica e cultural da ilha dificilmente fazem dela um exemplo de país sub-saariano. Algo à semelhança do que se passa com Cabo Verde, só os ditames da geografia física nos levam a dizer que se trata de um país daquela região do continente africano.

Além disso, no caso da Maurícia é sabida a importância económica que as comunidades chinesa e indiana --- mais ainda aquela do que esta --- têm no país. Ora, a evolução francamente positiva que ele tem tido não é dissociável nem da presença desta comunidade e das suas relações principalmente com Hong Kong (⁶⁷) --- nem da pequena dimensão da economia da ilha no quadro internacional e o facto dessa dimensão não ser de molde a fazer perigar as economias e/ou os sectores produtivos (nomeadamente o têxtil) dos países importadores, nomeadamente os da União Europeia.

⁶⁷ - De facto, é hoje comumente aceite que o *essor* económico da Maurícia se deve em boa parte à aplicação de capitais chineses de Hong Kong em busca de paragens mais seguras na sequência das negociações para a devolução da administração do território à República Popular da China, prevista para 1997. Neste sentido e, de uma maneira geral, sobre o facto de, "as condições que levaram ao seu sucesso serem únicas, tornando o seu modelo problemático para outros países africanos" vd., por exemplo, ROBINSON, P. e TAMBUNLERTCHAI, S. *Africa and Asia: can high rates of economic growth be replicated?*, International Center for Economic Growth Working Paper, San Francisco/CA/USA, 1993, pg 3

Porém, o aspecto que queremos realçar é que o de o Estado na África Sub-Saariana não ter hoje capacidade (nem vontade?) para desempenhar o papel que lhe competiria na adopção de uma estratégia que siga de perto o rumo traçado pelos países da Ásia Oriental (⁶⁸). Esta incapacidade tem razões estruturais e conjunturais.

Quanto às primeiras, refira-se principalmente que a 'classe Estado' aí predominante, mais do que servir o Estado --- ou o conjunto dos *cidadãos* que ele representa (ou deveria representar) --- tem-se caracterizado pela utilização desse mesmo (Aparelho de) Estado para se constituir como grupo social autónomo. Isto tem sido feito quer através do simples controlo do poder de Estado como forma de controlar a acumulação e a riqueza nacional quer, nas suas formas mais corruptas mas que começam a ser comuns na África Austral --- pelo menos em Angola, Moçambique e Zaire --- através do controlo directo de recursos públicos que são utilizados na acumulação privada dos detentores do poder. Estes transformam-se assim de '*burguesia*' de Estado, com controlo do poder económico deste mas sem acumulação privada significativa, numa verdadeira burguesia (agora sem plicas e sem itálicos...) que utiliza a sua passagem pelo Aparelho de Estado e conseqüente controlo sobre os bens públicos para a transformar em fase de acumulação primitiva e privada do (seu) capital.

Quanto às razões mais conjunturais, é de salientar que a aplicação de programas de estabilização conjuntural e de ajustamento estrutural na maioria dos países sub-saarianos tem provocado, devido às características intrínsecas destes programas, uma contracção nas despesas correntes do Estado, nomeadamente da factura salarial a pagar por este. Ora, independentemente de se reconhecer uma certa razão à crítica ao Estado sub-saariano pelo facto de ele ser, em boa parte, principalmente uma agência de emprego, a verdade é que tal contracção tem contribuído para a fuga dos quadros técnicos mais capazes para o sector privado --- quando não para o estrangeiro ---, reduzindo a já de si fraca capacidade de gestão (corrente mas também macro e microeconómica) do aparelho de Estado.

Relevante ainda na transferibilidade do modelo asiático de crescimento para a África é o nível educativo da maioria da população e, principalmente, da mão-de-obra. Este é muito menor na África do que na Ásia Oriental e isso altera completamente a capacidade de adaptação das populações ao trabalho industrial com produtividade e qualidade suficientes para que os produtos africanos se imponham no mercado internacional em confronto com outros países, nomeadamente os das várias 'ondas' de NICs da Ásia (não só as que já se formaram como também as que aí vêm, incluindo a da China) e da América Latina.

Esta referência permite-nos abordar um aspecto essencial e que é simultaneamente uma 'qualificação' (no sentido do termo inglês *qualify*) de quanto se possa dizer neste domínio. Na verdade, tal como decorre das teses da competitividade entre as nações, o que está em causa não é uma capacidade generalizada de concorrência nos mercados dos vários produtos comercializáveis mas apenas a capacidade de concorrência em alguns *clusters* que ajudem a tornar próspera a economia nacional e a aumentar o rendimento *per capita* ao dispôr dos cidadãos.

Ora, o que está em causa não é a identificação de tais *clusters* mas sim a implementação de uma estratégia e de uma política económica conseqüentes. É neste domínio que é maior o nosso pessimismo. E foi exactamente nele que as economias asiáticas se mostraram mais bem sucedidas, ainda que à custa da implantação de regimes políticos e sociais só com (muita) boa vontade designáveis como democráticos.

A importância destes regimes autoritários no bom desempenho das economias em análise quer na definição do rumo a seguir quer na fase da implementação das políticas económicas necessárias leva-nos a colocar frontalmente a questão se saber se esta não é uma componente essencial, do tipo *sine qua non*, das estratégias de extroversão das economias da Ásia Oriental. Credo nós que assim é, o que resta saber é se ela não é também uma condição *sine qua non* da implementação de tal estratégia noutras paragens, nomeadamente em África. Este é, reconhe-

⁶⁸ - Estamos conscientes que este nosso (relativo) pessimismo pode ser estendido à capacidade de o Estado prosseguir uma qualquer estratégia de desenvolvimento minimamente conseqüente e eficaz

ceмос, um caminho perigoso de raciocínio mas não há que temer a questão; pode, quando muito, ter-se receio da resposta...

Ora, é nosso convencimento que sem um Estado forte --- nomeadamente com uma burocracia 'iluminada' --- dificilmente ⁽⁶⁹⁾ a África Sub-Saariana conseguirá prosseguir uma estratégia económica que lhe permita assegurar um rápido crescimento económico, nomeadamente pela via da extroversão da sua economia. Não fora a nítida contradição dos termos, diríamos que o que falta à África Sub-Saariana é um (por país) "ditador bom e democrático q.b."

Apesar deste moderado pessimismo acreditamos ⁽⁷⁰⁾, no entanto, que algo pode ser feito. "O que fazer" depende, no entanto, da situação concreta de cada país e não há, por isso, respostas genéricas. Por isso nos limitamos aqui a uma análise das possibilidades que no quadro geral que temos apontado se colocam a Moçambique.

Sendo válida neste caso quer a reivindicação da necessidade de um Estado forte quer a constatação de uma tendência nos últimos anos para a crescente transformação da sua acção no sentido referido --- a sua utilização na passagem da '*burguesia*' de Estado a *burguesia tout court* ---, cremos, no entanto, que há algumas circunstâncias que poderão ser aproveitadas pelo país.

A primeira diz respeito à existência de um grupo significativo de operários habituados ao trabalho assalariado. É o caso de muitos ex-mineiros e outros trabalhadores de vários sectores industriais. Com o devido enquadramento poderão tornar-se trabalhadores com níveis razoáveis de produtividade. Torna-se necessário, porém, que seja alterada completamente a tecnologia à sua disposição, o que só nos parece ao alcance do investimento estrangeiro ⁽⁷¹⁾.

Este aspecto levanta outra questão fundamental: a da importância do investimento directo estrangeiro. Cremos, de facto, que a utilização de uma forma de internacionalização da economia moçambicana comum na Ásia Oriental como é a sub-contratação não está ao alcance de Moçambique quer devido ao atraso tecnológico em que ele se encontra quer devido à falta de tradição de existência de um capital industrial nacional. De facto, desde a independência que o investimento produtivo não é suficiente para assegurar o crescimento económico da economia.

Ligada a esta questão do investimento directo estrangeiro surge a de saber porque é que os investidores internacionais poderão estar interessados em investir no país em vez de o fazerem noutra local, nomeadamente na vizinha África do Sul --- isto para não referir a opção por investir noutras zonas do globo, como a Ásia Oriental, na América Latina ou noutras partes da África Austral.

Esta disponibilidade está dependente de vários factores, uns relativos a Moçambique, outros à África do Sul e à África Austral em geral e outros ainda à evolução do próprio sistema económico internacional.

Começando por este, refira-se que hoje em dia a tecnologia e a facilidade dos transportes encarregaram-se de transformar os dados da decisão de um investidor. Na verdade, se é certo que há algumas décadas atrás a questão da localização de uma empresa junto do mercado consumidor poderia desempenhar um papel importante na decisão, hoje em dia as fábricas (pelo menos uma parte delas, nomeadamente as de menor complexidade tecnológica e, por isso e tendencialmente, aquelas em que o custo de transporte do produto por unidade de valor é menor) podem instalar-se (mais ou menos) em qualquer lugar. Daí que se assista hoje em dia a um constante processo de deslocalização de indústrias em função da evolução dos custos dos factores produtivos, nomeadamente do factor trabalho. A crescente concorrência entre os países fez com que, em alguns segmentos de mercado de determinados produtos, se verifique uma constante procura de locais onde os custos salariais são mais baixos sem que as produtividades necessariamente o sejam (ou, pelo menos, não o sejam de uma forma que comprometa a rentabilidade da produção).

⁶⁹ - Felizmente para a África, além das coisas difíceis há também as 'quase' impossíveis, as impossíveis e os 'milagres'

⁷⁰ - Não o fazer seria duvidar do interesse da área científica que mais nos interessa --- a política económica, em particular a de desenvolvimento...

⁷¹ - Não esquecemos que existe em Moçambique uma vasta e rica comunidade de negócios. Esta, porém, é fundamentalmente isso mesmo: uma comunidade de *negócios*, no sentido mais comercial do termo. Tarefa fundamental é atrair esta comunidade, nomeadamente através das suas aplicações financeiras e em associação ou não com o capital estrangeiro, para a esfera do sector industrial

Relativamente à África Austral e em particular à África do Sul, há dois factos que podem ter interesse para a análise do caso moçambicano. Por um lado, os níveis salariais na África do Sul são substancialmente superiores aos verificados em Moçambique graças não só a questões de natureza estrutural como também à evolução da política económica neste último país. A alteração da côr do poder político na RAS contribuirá para aumentar ainda mais este diferencial.

Por outro lado, ninguém se atreve hoje em dia a fazer prospectiva quanto à evolução próxima da África do Sul, nomeadamente no domínio económico.

Ora, a quase certa (quanto a nós) degradação do ambiente político-social neste último país pode tornar mais atraente para os investidores estrangeiros a opção por um país que, estando próximo do mercado sul-africano, possa ter também facilidades de exportação para outras paragens sem que esteja sujeito às contingências da evolução política na RAS.

A ser assim, Moçambique ou, pelo menos, a sua região sul (⁷²), poderá captar alguns investimentos que em princípio se destinariam à África do Sul. Condição *sine qua non* é que haja estabilidade social e política no país e que a orientação da política económica seja consequente. Estes são, temos consciência disso, condicionantes muito grandes mas queremos acreditar que é possível caminhar neste sentido (⁷³).

Isto implicará --- o que nos parece ser não só inevitável como também aconselhável --- uma alteração da forma de funcionamento da democracia em África num sentido que a ponha mais de acordo com a tradição africana da *palabre*, i.e., da discussão no seio da comunidade (e nomeadamente entre os seus chefes) das condições de evolução desta de modo a evitar a regra "ocidental" da maioria que ganha tudo e da minoria que perde (quase) tudo -- o que não poderá suceder em África devido ao papel que nela o Estado tem como estruturante das classes sociais. Porém, uma vez adoptado um certo caminho, o Aparelho de Estado, aos mais diversos níveis, tem de estar em condições de executar com eficiência o decidido.

Aquela captação de investimento poderá ocorrer também em relação a alguns daqueles cujo destino seria, em princípio, Angola e que, devido ao prolongar da guerra civil, já estão, em parte, a reorientar-se para Moçambique.

Qual a dimensão deste fenómeno de 'diversão' de investimentos a favor de Moçambique? Será ele significativo? Naturalmente, não há resposta para esta questão mas acreditamos que ele poderá ser de dimensão suficiente para ajudar a 'constituir a diferença' em relação a um passado recente de contínua degradação do aparelho produtivo moçambicano. Acreditamos, principalmente, que, associados a outros investimentos directamente produtivos, poderão contribuir eficazmente para uma melhoria da capacidade tecnológica da indústria moçambicana.

Este tipo de investimento e a extroversão (ainda que limitada) da economia moçambicana que o acompanhará não é, pois, senão uma parte da estratégia global a prosseguir. Não defendemos que esta parte deverá ser a componente fundamental de tal estratégia mas não temos dúvidas que a abertura ao capital estrangeiro e ao mercado internacional de produtos industriais tem de ser uma componente fundamental, estruturante, dessa estratégia de desenvolvimento.

Esta, cujos contornos não cabe aqui definir em extensão, deverá, necessariamente, dar também um papel de relevo ao desenvolvimento agrícola (⁷⁴), à educação e à criação de infraestruturas. Naturalmente, um esforço destes

⁷² - De facto, parece-nos que também por esta via a região sul do país terá tendência a melhorar a sua situação comparativamente com as demais, principalmente o Norte. Daí a necessidade de Moçambique começar a pensar-se desde já em termos de economia/desenvolvimento regional. A própria situação política interna e as lições a retirar de tantos e tantos caos em África --- de que o mais recente e dramático é Angola --- o aconselham

⁷³ - Questão que se nos pode colocar é como conciliar este moderado optimismo com o relativo pessimismo quanto às características do Estado em África. É aspecto de que, aceitamos, uma certa dose de *wishfull thinking* não está ausente

⁷⁴ - Ajudando, nomeadamente através de políticas de preços, fiscal e de crédito adequadas, ao processo de progressiva transformação da agricultura camponesa numa agricultura mais produtiva --- nomeadamente para os próprios produtores. Isto exige que, contrariamente ao que é uso e costume em vários países africanos, uma parte importante da acumulação potencial e efectiva feita a partir do campo e no campo aí fique e aí seja aplicada produtivamente

difícilmente poderá ser levado a cabo pelo país sem a assistência da comunidade internacional num "contrato de desenvolvimento" do tipo do sugerido por Edmar Bacha.

Aspecto importante a salientar é que Moçambique deve evitar a tentação de, no seu esforço de desenvolvimento, querer reproduzir as condições (quantitativas e qualitativas) de produção que conheceu no final do período colonial. De facto, como se salientou atrás, o mundo e os seus mercados são hoje substancialmente diferentes dos daquela época. Por exemplo, se é verdade que Moçambique foi naquela época o maior exportador de cajú, isso não significa que hoje em dia tal posição seja recuperável ou, até, aconselhável. A presença de novos países produtores e exportadores veio alterar a rentabilidade deste mercado e deve-se colocar a questão de saber se valerá a pena apostar demasiados recursos numa recuperação daquela posição.

5 - Sumário e conclusões

Este texto teve duas preocupações centrais: identificar os traços fundamentais das estratégias que permitiram aos países da '1ª onda' de NICs --- principalmente a Coreia e Taiwan --- um crescimento económico rápido ao longo dos últimos trinta anos e determinar se e em que condições tal estratégia pode ser seguida pelos países africanos.

Elemento fundamental que descortinámos naquelas estratégias foram, para além de outros, a existência de uma política económica consistente prosseguida ao longo de um período grande de tempo. Esta consistência deve-se, em primeiro lugar, ao facto de os decisores de política económica terem tido a possibilidade de exercer um ascendente sobre os agentes económicos, nomeadamente sobre o poder económico estabelecido, ascendente que se fica a dever, em parte, à sua relativa independência em relação a este último.

O Estado teve, pois, uma forte presença na condução do processo económico, presença essa que, no entanto, assumiu contornos diferentes na Coreia e em Taiwan --- mais directamente intervencionista naquela que nesta.

Ora, é exactamente devido à fraqueza do Estado em África e à sua grande interligação com o poder económico --- o controlo do poder de Estado é, mesmo, um elemento por vezes essencial da constituição de uma burguesia enquanto tal --- que pensamos que será difícil uma aplicação da estratégia de extroversão seguida na Ásia a um grupo significativo de países africanos.

Reconhecer este facto --- além do reconhecimento das diferenças culturais e de quadro económico internacional em que um processo e outro ocorreram ou ocorreriam --- não é afirmar que é impossível que, dos países africanos, um ou outro tenha alguma possibilidade de aumentar a sua penetração do mercado internacional através da adopção de componentes da estratégia de extroversão em causa. Pelo contrário, admite-se que se as medidas económicas apropriadas forem tomadas, existe a possibilidade de um ou outro país tirar partido dos ensinamentos da Ásia Oriental. O que nos parece quase impossível é que uma tal estratégia seja adoptável por um número grande de países e com benefício para um grupo importante de sectores produtivos. No mesmo sentido, parece-nos impossível que a estratégia que tem vindo a ser prosseguida desde há alguns anos pela ilha da Madeira seja generalizável ao continente africano.

Por fim, realçamos que Moçambique poderá aproveitar algumas das lições daquelas estratégias para captar alguns investimentos directos estrangeiros, peça essencial do que desejamos ser a rápida melhoria da situação económica do país. Isto será possível se as opções forem claras e as políticas económicas a adoptar forem prosseguidas de uma forma consequente, dentro do princípio de que não há pior escolha do que ficar a meio caminho seja do que for.

Esta condição, porém, só será satisfeita, quanto a nós, se o poder instituído tiver uma condução clara e forte e, pelo menos numa primeira fase, acesso a recursos que permitam o efectivo "arranque".

Esses recursos, para os quais a comunidade internacional deverá contribuir num tipo de "contrato dedesenvolvimento" a efectuar com as autoridades moçambicanas, deverão ser aplicados no estabelecimento de alguns dos pressupostos de uma tal estratégia: a criação de infraestruturas, o apoio à agricultura deixando nela ficar uma parte significativa da acumulação nela realizada de molde a que possa dinamizar a produção (quer para exportação quer, principalmente, para dinamizar o mercado interno através da procura rural) e, *last but not least*, a formação de recursos humanos (⁷⁵).

⁷⁵ - Do lado oposto ao colonialismo japonês quanto a preocupações neste domínio poder-se-á colocar o colonialismo português. De facto, o "grau zero da escrita" que Portugal deixou em África é, certamente, a pior herança legada às populações dos PALOP. É tempo de, através de a cooperação portuguesa com aqueles países fazer do corrigir este erro da história o objectivo prioritário da sua acção.

BIBLIOGRAFIA

- AMSDEN, Alice "Crecimiento y estabilización en Corea, 1962-84" in *El Trimestre económico*, vol. LV(3), nº 219, Jul-Set/1988, pp 465-522
- AMSDEN, Alice *Asia's next giant. South Korea and late industrialization*, Oxford U.P., New York, 1989
- APPELBAUM, Richard e HENDERSON, Jeffrey "Situating the State in East Asian development process" in Idem *States and development in the Asian Pacific Rim*, Sage, Newbury Park/CA/USA, 1992
- ASIAN DEVELOPMENT BANK *Asian Development Outlook 1993*, Oxford U.P., Hong Kong, 1993
- BALDWIN, Robert *Le développement en Afrique et en Asie: un tour d'horizon*, policp., Colloque Interrégional des Nations Unies, Abidjan (Costa do Marfim), 15-19/Juin 1992
- BELLO, Walden e ROSENFELD, Stephanie *Dragons in distress: Asia's miracle economies in crisis*, Penguin Books,
- BURNETT, Alan *The Western Pacific: challenge of sustainable growth*, Earthscan, Londres,
- COLLINS, Susan "Lessons from Korean economic growth" in *AEA Papers and Proceedings*, May 1991 (AE Review, vol. 80, nº 2), pgs 104-111
- DORNBUSH, Rudiger e PARK, Yung Chul "Korean growth policy" in *Brookings Papers on Economic Activity*, 2:1987, pgs 389-444
- EIU *South Korea/North Korea*, The Economist Intelligence Unit, Londres, 1993
- FAJNZYLBER, Fernando "Some reflections on South-East Asian export industrialization" in *CEPAL Review*, nº 15, December 1981, pgs 111-132
- KIM, Kwan Suk "Korea" in PAPAGEORGIU, Demetris et al. *Liberalizing foreign trade. Vol. 2: the experience of Korea, the Philippines, and Singapore*, Basil Blackwell, Oxford, 1989, pg 1-131
- KRUEGER, Anne O. "The experience and lessons of Asia's super exporters" in CORBO, Vittorio et al. (eds) *Export-oriented development strategies*, Westview Press, Boulder/CO/USA, 1984, pp 187-212
- KRUEGER, Anne O. "Asian trade and growth lessons" in *AEA Papers and Proceedings*, May 1991 (AE Review, vol. 80, nº 2), pgs 108-111
- KUZNETS, Paul "An East Asian model of economic development: Japan, Taiwan, and South Korea" in *Economic Development and Cultural Change*, vol. 36, nº 3 (supplement), 1988
- NATIONS UNIES *Étude sur l'économie mondiale 1993*, Nations Unies, New York, 1993
- OLIVEIRA, Luís Soares de *Desenvolvimento económico conseguido: o modelo sul-coreano*, Verbo, Lisboa, 1992
- PARK, Yung Chul "Development lessons from Asia: the role of government in South Korea and Taiwan" in *AEA Papers and Proceedings*, May 1991 (AE Review, vol. 80, nº 2), pgs 118-121
- RANIS, Gustav "Employment, income distribution, and growth in the East Asian context: a comparative analysis" in CORBO, Vittorio et al. (eds) *Export-oriented development strategies*, Westview Press, Boulder/CO/USA, 1984, pp 249-274
- RANIS, Gustav *Asian and Latin American experience: lessons for Africa*, Centro Studi Luca d'Agliano - Queen Elizabeth House Development Studies Working Papers nº 19, Oxford, 1990
- ROBINSON, Peter e TAMBUNLERTCHAI, Somsak *Stimulation de la production destinée au marché intérieur et à la exportation*, policp., Colloque Interrégional des Nations Unies, Abidjan (Costa do Marfim), 15-19/Juin 1992
- ROBINSON, Peter e TAMBUNLERTCHAI, Somsak *Africa and Asia: can high rates of economic growth be replicated?*, International Center for Economic Growth Occasional Papers nº 40, San Francisco/CA/USA, 1993
- SENGUPTA, Jati "Growth in NICs in Asia: some tests of new growth theory" in *The Journal of Development Studies*, vol. 29, nº 2, Jan/1993, pp 342-357
- UNDP *Human Development Report 1993*, Oxford U.P., New York, 1993
- VOGEL, Ezra *The four little dragons. The spread of industrialization in East Asia*, Harvard U.P., Cambridge/MA/USA, 1991
- WORLD BANK *World development Report 1993: Development and the environment*, Oxford U.P., New York, 1992

WORLD BANK *The East Asian miracle: economic growth and public policy*, Oxford University Press, New York, 1993